

Rev.

V.

1195

ANO LXXIII

— N.º I —

JANEIRO DE 1921

Revista Militar

2.^a ÉPOCA

FUSÃO da Revista Militar, Revista do Exército e da Armada
Revista da Administração Militar e Portugal Militar



DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

9 — Largo da Anunciada — 9

TIP. DA EMPRESA DIARIO DE NOTICIAS

Rua do Diario de Noticias, 78

LISBOA

Cargos para 1921

MESA DA ASSEMBLÉA GERAL

PRESIDENTE

General Fernando Larcher

VICE-PRESIDENTE

Coronel José Joaquim Mendes Leal

SECRETARIOS

Coronel Fernando Augusto Freiria
Capitão Julio José Domingues

DIRECÇÃO

PRESIDENTE

José Estevão de Moraes Sarmiento

VOGAIS EFECTIVOS

General José Cesar Ferreira Gil
Coronel Victoriano José Cesar
Coronel Frederico Oom
Coronel Luis A. Ferreira Martins
Coronel Eduardo Alfredo de Araujo Barbosa
Tenente-coronel Julio Ernesto de Moraes Sarmiento
Capitão de fragata Joaquim Anselmo da Matta e Oliveira
Major Alberto David Branquinho

SECRETARIO

Tenente-coronel Luis de Mello e Athayde

VOGAIS SUPLENTES

Capitão de mar e guerra Augusto Ramos da Costa
Coronel Arthur Ivens Ferraz
Tenente-coronel Raul Augusto Esteves

CONSELHO FISCAL

VOGAIS EFECTIVOS

General João Martins de Carvalho
Coronel Luis Augusto Pacheco Simões
Capitão Manoel da Costa Dias

VOGAL SUPLENTE

Tenente-coronel Afonso H. Lopes de Macedo

Empresa da REVISTA MILITAR

SOCIOS HONORARIOS

Sebastião Custodio de Souza Telles

General de divisão

José Augusto Alves Roçadas

General

SOCIOS EFECTIVOS

- | | |
|---|---|
| Francisco J. Ferreira do Amaral
Vice-almirante | Luis Antonio de Vasconcellos Dias
Coronel de adm. militar |
| Domingos José Correia
General de divisão | João Baptista da Rocha Grillo
Coronel |
| José Estevão de Moraes Sarmento
General de divisão | Artur Ivens Ferraz
Cor. de art. e do serv. do est. maior |
| Alfredo de A. Lopes de Macedo
General de brigada | Luis A. Ferreira Martins
Cor. de art. e do serv. do est. maior |
| João Martins de Carvalho
General | Eduardo Alfredo de Araujo Barbosa
Coronel de infantaria |
| Fernando Larcher
General | Fernando Augusto Freiria
Cor. de art. e do serv. do est. maior |
| José Cesar Ferreira Gil
General | Luis de Mello e Athayde
Tenente-coronel de infantaria |
| Adriano A. Madureira Beça
General | Afonso H. Lopes de Macedo
Tenente-coronel |
| Augusto Ramos da Costa
Capitão de mar e guerra | Julio Ernesto de Moraes Sarmento
Tent. cor. de cav. e do serv. do est. maior |
| Victorino Gomes da Costa
Capitão de mar e guerra | Raul Augusto Esteves
Tenente coronel de engenharia |
| Luis Antonio Alves Leitão
Coronel | Joaquim A. da Matta e Oliveira
Capitão de fragata |
| José Joaquim de Castro
Coronel | Alfredo Botelho de Sousa
Capitão-tenente da Armada |
| Alexandre José Sarsfield
Coronel | D. Antônio José de Mello
Major |
| Victoriano José Cesar
Coronel do serviço do est. maior | Luciano José Cordeiro
Major de artilharia |
| José Joaquim Mendes Leal
Coronel | Fernando P. da Motta Marques
Major de artilharia |
| Frederico Oom
Coronel de engenharia | Alberto David Branquinho
Major de adm. militar |
| Luis Henrique Pacheco Simões
Coronel | Henrique Linhares de Lima
Major de adm. militar |
| Guilherme de Campos Gonzaga
Coronel | Manoel da Costa Dias
Capitão de adm. militar |
| Francisco Xavier Corrêa Mendes
Coronel | David José Gonçalves Magno
Capitão de infantaria |
| José Justino Teixeira Botelho
Coronel de artilharia | Julio José Domingues
Capitão de infantaria |

RECEIVED BY THE MILITARY

COLOUR PHOTOGRAPH

COLOUR PHOTOGRAPH

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 1

Janeiro de 1921

Ano LXXIII

Director, proprietário e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Rua do Diário de Notícias, 78 — Lisboa

LIÇÕES DA GRANDE GUERRA

VII

A Cavalaria

(Continuado da pag. 640, do LXXII ano)

A infantaria que nos periodos épicos da historia militar da antiguidade desempenhára sempre, pelo seu maior numero, o papel mais importante entre todos os elementos combatentes dos exercitos dessas remotas éras, veio a perder a caracteristica de arma principal na época das primeiras migrações dos povos barbaros, em que o fundo abalo produzido na velha Europa pelo fluxo e refluxo de invasões sucessivas fez desaparecer os traços duma tactica regular, assegurando á cavalaria o predominio no campo de batalha no largo periodo de oito a nove seculos, em que preponderou o feudalismo.

A instituição das ordens da cavalaria deu maior coesão, realce e brilho aos combatentes desta arma, que predominou até aos ultimos tempos do periodo medieval.

Ferida já profundamente no seu prestigio nos campos de Morgarten e de Sempach, no fim do seculo XIV, a cavalaria continuou a decaír nos seculos imediatos, assinalando-se o renascimento da tactica regular e o regresso ou a passagem da infantaria ao primeiro plano desde que a disciplinada infantaria suíssa em Marignan (1515) e a sólida infantaria espanhola em Pavia (1525) se cobriram de louros, fazendo prevalecer a acção metódica dos fogos como argumento decisivo do campo de batalha.

A cavalaria teve, no entanto, a espaços, sob o comando de oficiais brilhantes, uns períodos fugitivos de fulgôr intenso, como arma de choque e de decisão no campo de batalha.

Gustavo Adolfo, Carlos XII, Seydlitz, Murat, Lassalle, Montbrun e outros grandes capitães souberam tirar todo o partido das propriedades táticas e estratégicas desta arma.

No século passado, o general Moltke quiz imprimir á cavalaria alemã a orientação necessária para o desempenho duma importante missão estratégica, designada pelo termo generico de *descoberta*, fazendo apoiar por guardas avançadas, a grande distancia, as forças de cavalaria destinadas a explorar a região atravessada e a descobrir o inimigo, estabelecendo e conservando o contacto com o grosso das suas tropas, não só para o comando ser convenientemente informado, mas ainda para lhe garantir a liberdade de operações.

A concepção de Moltke foi mais tarde desenvolvida e ampliada pelo general francês Langlois numa das suas obras, ao demonstrar que um exercito em operações, para esclarecer a situação e ficar quanto possivel a coberto dum golpe de mão audacioso do adversario, precisava dispôr na sua frente os seguintes órgãos de contacto, de reconhecimento e de introdução do combate:

- a) Cavalaria de descoberta lançada a grandes distancias;
- b) Destacamentos de cobertura constituídos por tropas das três armas principais;
- c) Guardas avançadas compostas de tropas das quatro armas.

A cavalaria alemã não entrou desde logo na nova via indicada pelo grande mestre da guerra, por falta da conveniente educação dos seus officiais.

No entanto, se não desempenhou cabalmente a missão estratégica que lhe fôra cometida, desenvolveu-se mais satisfatoriamente quanto ao seu papel tático nos campos de batalha, mui especialmente em Vionville-Mars-la-Tour, onde salvou a situação critica do mais sagaz e audacioso capitão da guerra de 1870, o tenente-general Von Alvensleben II, cuja tenacidade e espirito de iniciativa facilitaram o investimento de Metz e a execução completa do plano de Moltke.

Tendencias para uma nova orientação de processos tacticos — As di- versas escolas

No principio deste seculo, após as campanhas do Transvaal e da Mandchuria appareceu novamente na téla da discussão o magno problema que se relaciona com o emprego tactico da cavalaria, ou com o modo de acção principal desta arma no combate moderno.

As opiniões dividiram-se dando origem a escolas diversas.

A *tradicionalista*, que defendia à *outrance* a potencia e eficacia do *choque*, da impetuosa e avassaladora *carga*, que levanta o moral dos combatentes e resolve de pronto os mais encarniçados pleitos armados.

A *evolucionista*, que reconhecia a necessidade de ter em consideração os efeitos mortiferos das armas de tiro rapido, a tensão e rasança das trajectorias, a fortificação do campo de batalha, preconizando, em consequencia, como mais racional o *combate a pé* com o emprego da carabina, a supressão da lança e a conservação da espada na bainha, a qual só seria empregada em ultimo extremo.

A *oportunista*, que procedia segundo as circunstancias, já adoptando o *combate a pé*, quando o adversario se achava solidamente entrincheirado, já executando vigorosas cargas quando o momento favoravel se oferecia, ou quando a salvação do exercito o exigia nas grandes crises do campo de batalha.

A grande guerra de 1914-1918 veio derramar luz intensa sobre as questões em litigio.

A cavalaria continua a ter o seu emprego tactico no combate, talvez em mais larga escala, sem prescindir da sua applicação estrategica nas grandes operações da guerra, nos reconhecimentos de bosques, dos povoados e de outros lugares onde podem ocultar-se tropas, que a aviação difficilmente descobriria.

De futuro a luta de trincheiras não immobilizará frente a frente por tão largo espaço de tempo, como succedeu na recente conflagração, os exercitos adversos, porque será difficil reproduzir um conjunto de circunstancias identicas áquelas

que se seguiram ás sanguinolentas jornadas de Charleroi e do Marne.

Os progressos do armamento tornando mais potentes os efeitos do fogo levarão os adversarios a aproveitar mais largamente os pontos de apoio oferecidos naturalmente pelo terreno, ou organizados pelas tropas no campo de batalha.

A cavalaria terá de recorrer frequentemente ao fogo das suas carabinas e das suas metralhadoras.

As cargas serão raras, especialmente o choque á arma branca, mas na refréga tornar-se-á ainda necessario o emprego da pistola.

A cavalaria recorrendo com mais frequencia ao combate a pé carecerá de ser apoiada por uma artilharia mais numerosa.

A lança será banida, visto só ter applicação nas cargas e constituir um sério embaraço na refréga.

Eis o que pode desde já depreender-se da evolução realizada nos processos tacticos e estrategicos da cavalaria dos principais exercitos beligerantes no decurso da grande guerra de 1914-18.

Um exame retrospectivo de alguns factos elucidativos, que ilustram as campanhas feitas naquele periodo historico, será talvez suficiente para se formar um juizo seguro dos ultimos progressos constatados naquela arma e das modificações consequentemente introduzidas no seu organismo constitutivo e no seu modo de actuar nas diversas operações da guerra.

A cavalaria alemã, porventura a mais cuidadosamente organizada, entrou em campanha com 110 regimentos activos, alem de numerosas formações da landwehr e da landsturm. Dos 110 regimentos, 44 foram encorporados nas divisões do exercito mobilizado e com os restantes 66 constituiram-se 11 divisões de cavalaria independente.

Quatro corpos de exercito de cavalaria operaram em França em setembro e outubro de 1914, prestando serviços importantes; no entanto estas massas de cavalaria foram ainda insuficientes para o desempenho da missão estrategica que lhes estava cometida.

Os dois corpos de Von der Marwitz e Richthofen, após o combate de St. Quentin, esclareciam a marcha do exercito de Von Kluck, que operava no flanco direito da ordem de bata-

lha; e, ou por deficiência numerica, ou por falta de bôa direcção, não exploraram convenientemente a região compreendida entre Beauvais e Compiègne, e os bosques que a S. se estendem de Chantilly a Dammartin, de forma que o general alemão ao fazer inflectir para S. E. na direcção de Meaux, as testas de coluna que haviam atingido Nauteuil, não fôra informado da presença de importantes nucleos de tropas francesas no seu flanco direito.

Esta falta, que a aviação alemã não pôde remediar, foi a causa inicial do grande cheque que o general Gallieni pelo seu espirito perspicaz e clarividente, *double* duma energica decisão, fez infligir ao poderio militar alemão provocando a batalha do Ourcq e constringendo o generalissimo Joffre a suspender a retirada do exercito aliado e a ordenar a batalha do Marne.

No entanto, os dois corpos de cavalaria compensaram a sua falta estrategica pela admiravel conduta táctica que tiveram no campo de batalha, cobrindo eficazmente o movimento retrogrado do 2.º, e seguidamente do 4.º corpo alemão, que haviam largado o combate iniciado com ingleses e franceses para acudir ao corpo de reserva, atacado no Ourcq pelo exercito de Maunoury.

Na *corrida para o mar* esta brilhante cavalaria continuou a desempenhar magistralmente o seu papel no campo tactico. Estabilizada a guerra na frente occidental pela luta de trincheiras, parte da cavalaria alemã foi mandada para a frente Leste, onde os cossacos de *Rennenkampf* desempenhando mais audaciosamente a sua missão estrategica, penetraram na Prussia Oriental, aproximando-se com rapidez de *Koenisberg*.

As massas de cavalaria alemã exerceram desde então uma acção importante na Russia e na Romenia.

A activa perseguição feita aos russos depois da tomada de *Kowno* e a sua cooperação eficaz no envolvimento e perseguição dos romenos são factos militares de extraordinario brilho na historia da guerra.

Nessa época o numero de divisões independentes da cavalaria alemã havia passado de 11 a 14, tendo adstritas unidades de metralhadoras.

Foi o apogeu da cavalaria alemã. Daí em diante principiou a decrescer, senão a decair; a falta de solípedes e a di-

minuição de efectivos, em resultado das perdas em campanha, determinaram a redução do numero de divisões e a do numero de regimentos dentro de cada divisão.

Na primavera de 1917 existiam só tres divisões da cavalaria independente, a 4 regimentos, organizando-se com os elementos restantes brigadas independentes de tropas montadas a 3 regimentos de 4 esquadrões.

A prolongada luta de trincheiras na frente ocidental levou a constituir 23 regimentos de atiradores montados, que alternavam no serviço de trincheiras com as tropas de infantaria.

Nas operações decisivas da grande guerra em 1918 constatou-se que divisões da cavalaria alemã, organizadas, instruidas e armadas exactamente como as divisões da infantaria, eram empregadas como tropas de assalto.

Mas, deve tambem acentuar-se que nessas operações os alemães reconheceram a falta de grandes massas de cavalaria para explorar os seus exitos em direcção a Amiens e a Chateau-Thierry, chegando a considerar um erro o conservarem na Finlandia, na Romenia e na Ukrania a sua melhor cavalaria

A transformação da cavalaria francesa

É instrutivo constatar tambem a evolução realizada na cavalaria francesa no decurso da guerra.

Entrou ela em campanha em condições de notoria inferioridade relativamente á alemã, que dispunha de maiores efectivos, superior organização, armamento aperfeiçoado e métodos de combate modernos, mais racionais.

As 10 divisões de cavalaria francesa dispunham de insufficiente numero de metralhadoras e ciclistas, não podendo defrontar-se vantajosamente com os batalhões de caçadores alemães.

E no entanto, os serviços do corpo de cavalaria do general Sordet na Belgica foram sobremaneira importantes pela exploração realizada no principio da campanha.

Uma divisão de cavalaria mobilizada foi a primeira a assinalar a mudança de direcção dos alemães para S. E. em 4 de setembro de 1914.

Notavel foi tambem o audacioso *raid* efectuado pela 5.^a divisão de cavalaria á retaguarda das linhas alemãs nos dias 8, 9 e 10 de setembro do mesmo ano.

Impregnada dos tradicionais principios de combate á arma branca em campo aberto, a cavalaria francesa nunca teve ocasião de carregar a alemã, porque esta evitava o choque a cavalo, adoptando de preferencia o combate a pé pelo fogo.

Forçoso se tornou seguir o exemplo dado pela sua rival.

A' cavalaria francesa foi, consequentemente, distribuido o mosquete, a baioneta, a granada de mão, as espingardas metralhadoras, os grupos de auto-canhões e de auto-metralhadoras e mais tarde, na primavera de 1918, os carros de assalto, alem dos elementos de ligação proporcionados ás grandes unidades de cavalaria, como os aviões, os balões, a telegrafia sem fios, o telefone, os pombos correios, os projectores, os automoveis, etc.

O grande Quartel General francês fez expedir em 1916 e posteriormente em 1918 instruções definindo o emprego da cavalaria no campo de batalha.

Nas *Instruções* de janeiro de 1916 consignavam-se os seguintes periodos:

«O emprego da cavalaria está naturalmente indicado no momento em que uma porta no terreno livre lhe houver sido aberta.

A sua missão será nesse caso, *explorar os sucessos obtidos pelas outras armas.*

Deveá impedir que o inimigo batido se reconstitua, ou se detenha para fazer frente ao vencedor, e esfoçar-se-á em transformar a sua retirada em derrota.»

Nas *Instruções* de dezembro do mesmo ano acrescentava-se:

«*A cavalaria só estará nos casos de desempenhar esta missão se adaptar os seus processos de combate ás condições do combate moderno, que são caracterizadas pela potencia do fogo.*

A velocidade, a mobilidade e a capacidade manobradora continuam a sêr as qualidades distintivas da arma, uma vez que não se trate senão de marchar e de manobrar.»

Por seu turno, as *Instruções* ou regulamento de 1918,

declarando que os principios consignados no regulamento de 1916 conservam todo o seu valôr, insere nas suas "*Generalidades*" a idea primordial ou fundamental em que se deve basear a organização e a instrução da cavalaria francesa nos seguintes termos:

"Nas condições actuaes da guerra, o combate a pé é o modo normal de combate para a cavalaria.

"E' mister, quando a cavalaria se apeia, que éla constitua, sempre que fôr possível, unidades de combate identicas ás da infantaria, pois que estas ultimas compreendem todos os meios de fogo, de manobras e de ligação, que a experiencia da guerra tem reconhecido como necessarias."

Esta adopção de processos de combate implica desde logo:

a) Que o esquadrão a quatro pelotões, uma vez apeado, constituisse duas secções de combate; cada pelotão uma meia-secção;

b) Que o regimento constituisse um batalhão a duas companhias e meia companhia de metralhadoras;

c) Que a brigada se transformasse em um batalhão a quatro companhias e uma companhia de metralhadoras.

Estas disposições não constituem um schema rigido; cada esquadrão poderá, segundo as circumstancias, fazer apeiar um ou mais pelotões, munidos dos instrumentos ou engenhos de guerra ultimamente adoptados pela infantaria, tendo em vista que o mosquete completado pela baioneta é a arma principal da cavalaria no combate a pé.

A espingarda metralhadora é, por excelencia, a arma de acompanhamento da cavalaria.

As metralhadoras completam o efeito da espingarda metralhadora.

As *Instruções francesas* acentuam insistentemente a vantagem inerente á cavalaria de poder, mercê da sua mobilidade, transportar rapidamente sobre os flancos ou sobre a retaguarda do inimigo as armas automaticas: espingardas metralhadoras e metralhadoras.

Por ultimo, uma determinação ministerial de julho de 1919 suprimiu definitivamente a lança do armamento das tropas de cavalaria.

Do exposto depreende-se que, segundo a concepção fran-

cesa, a acção da cavalaria no combate deve resultar da combinação do fogo com o movimento.

O ataque rapido, brusco, deverá ser a característica da acção da cavalaria, tanto a pé, como a cavalo.

Em summa, conservando-se sempre cavaleiros, os combatentes desta arma precisam aprender a tornar-se rapidamente infantés.

Na luta, a regra geral será a combinação do ataque de frente a pé com movimentos rapidos visando os flancos e a retaguarda do inimigo.

Estes movimentos executados por elementos fortemente dotados de metralhadoras e de espingardas metralhadoras deslocando-se ou perseguindo o inimigo a cavalo, combatem geralmente a pé.

Na sua marcha exploradora, ou na previsão do combate, as divisões da cavalaria fazem-se preceder de guardas avançadas, esclarecidas a grande distancia pela aviação, por alguns reconhecimentos em auto e por pequenos destacamentos a cavalo.

*

*

*

Condensando em breves linhas o conjunto de providencias que definem a orientação do alto comando francês sobre o emprego da cavalaria na guerra constata-se que:

1.º Ao passo que antes da guerra se considerava geralmente a exploração como o campo de actividade o mais normal e o mais frutuoso da cavalaria, esta arma precisa o mais das vezes abandonar essa missão á aviação. Ao contrario, a participação da cavalaria na batalha, que era geralmente considerada como uma eventualidade cada vez mais rara, constitue hoje a sua missão principal.

Na realidade, todas as transformações, todos os acrescimos de meios de acção tem sido feitos em vista de lhe permitir sustentar um combate ofensivo duradouro.

2.º O cavalo é utilizado para levar rapidamente grupos de fogo á batalha; depois, durante a acção, transporta-los para os flancos ou para a retaguarda do inimigo.

Os casos em que a cavalaria pode intervir a cavalo e á arma branca, sobretudo em grandes unidades, são raros.

3.º Só a parte tratando do combate a pé foi criada e dotada com todas as peças. As evoluções a cavalo, o serviço de campanha continuam a regêr-se pelos regulamentos existentes antes da guerra.

4.º Na parte respeitante aos métodos de combate, a idéa fundamental reside na combinação do combate de frente a pé com o envolvimento a cavalo, procurando os flancos do inimigo. E' principalmente por meio do canhão e das armas automaticas que se procura atingir este ponto fraco.

5.º Quando se fala da intervenção da cavalaria no combate, deve por via de regra supôr-se que ela é apoiada por elementos auxiliares muito poderosos, que fazem parte organica ou não das grandes unidades de cavalaria (canhões, apoios da infantaria, aviões, carros de assalto, etc.)

6.º A cavalaria divisionaria tem sempre uma missão de combate.

7.º A ligação desempenha um papel importante em todas as operações e isto explica a diversidade dos varios meios postos em acção para este fim.

Esta orientação deriva de ensinamentos que tiveram a sanção do campo de batalha na ultima guerra, porque a transformação da cavalaria francesa operando-se desde o principio de 1916 proporcionou até 1918 o tempo suficiente para se efectuarem as experiencias julgadas necessarias na frente ocidental.

Assim, a intervenção da divisão Rascas em Noyon em março de 1918, procurando fechar a ruptura produzida entre o exercito ingles e o frances pela violenta irrupção da offensiva de Ludendorf; a heroica resistencia do 9.º regimento de couraceiros na orla dos bosques de Frières; a luta porfiada da 1.ª divisão de cavalaria em Chauny e seguidamente em Roye, onde se reuniu ao 2.º corpo de cavalaria do general Robillot; as cargas de baioneta dadas pelos batalhões de cavaleiros apeados da 5.ª divisão de cavalaria na batalha de Montdidier, recuperando Monchel, Mesnil-Saint Georges e Fontaine-sous-Montdidier, o audacioso *raid* de 700 quilómetros efectuado pela 6.ª divisão de cavalaria, desde Arpanjou a Steenword, e outros muitos feitos militares que ilustraram a historia da cavalaria francesa no ultimo ano da guerra, deram formal consagração no campo de batalha a muitos principios tacticos consignados no ultimo regulamento francês.

A orientação definida por este diploma mostra-nos que os processos táticos da cavalaria francesa sofreram uma grande transformação no decurso da guerra, e que, o alto comando francês, longe de considerar terminado ou reduzido o papel da cavalaria, como alguém pretendia, a dotou na sua reorganização de novos instrumentos de combate de forma a poder intervir eficaz e poderosamente na batalha.

(*Continúa*).

ADRIANO BEÇA.

General

Os precedentes da grande guerra no direito marítimo

(*Continuado da pag. n.º 648 do LXXII ano*)

O bloqueio dos aliados, assim tão impropriamente designado como foi o dos alemães, modificou-se, pois, sob a acção resultante do perigo eminente do ataque dos submarinos; as mutilações que ele hoje apresenta, e que segundo Rosso se devem considerar definitivas, habilitam-nos a julgar, com relativa segurança, quais serão de futuro as suas condições normais de aplicação. Diz aquele ilustre publicista, que pela declaração anglo-francesa, de Março de 1915, foram postas de parte as regras relativas á efectividade e raio de acção, ficando por este motivo garantido aos cruzadores aliados o direito de exercerem a sua acção em qualquer parte e sobre todos os objectos do trafego marítimo que dependa por qualquer forma do inimigo. É evidente que semelhante procedimento nada tem de comum com o bloqueio propriamente dito, representando pura e simplesmente a ampliação ilimitada do direito de visita, sem as restrições que a Declaração de Paris estabelecia em relação á imunidade e á responsabilidade impostas pela bandeira.

Ressurgiram, assim, inopinadamente, as injustas consequências da velha teoria da *viagem contínua*, formalmente condenada, quanto ao bloqueio, na Conferencia Naval de Londres, porque não ficando ele circunscrito a determinados

limites geográficos e sendo licito o impedimento de todo o trafego com ou do inimigo, os portos amigos adjacentes ou afastados do territorio dos imperios centrais caberiam todos dentro da zona bloqueada. O atentado que contra consagrados principios do direito internacional maritimo representa a declaração anglo-francesa, de 1915, foi ainda mais alargado por nova infracção das regras liberais e equitativas da Declaração Naval de Londres. Esse novo atropelo foi, como anteriormente notamos, a abolição, feita no primeiro ano da guerra, do que a respeito de contrabando se estipulára naquele importante documento. Derogado aquilo que se estabelecera quanto ao contrabando, é evidente que, incluindo nessa categoria tudo quanto não convinha que chegasse até ao inimigo, ficava assegurado ao grupo dos aliados occidentais o mesmo objectivo que se poderia alcançar com o bloqueio, com a manifesta vantagem de não correrem os riscos a que ele os expunha, mas ao mesmo tempo sem exercer aquele dominio das aguas inimigas, que é a sua melhor e mais completa justificação juridica.

Em vista do que fica exposto, devemos concluir que o bloqueio dos aliados, desviando-se do caminho seguro que o direito lhes indicava, tomou o aspecto de *guerra de cruzeiro*, com grave prejuizo dos neutros e só pôde ser sustentado porque aos novos principios, unilateralmente proclamados, se juntou o argumento irrespondivel da força. Em condições diferentes de aquellas que então se deram, se a força estivesse do lado dos neutros, é natural que a sua voz fosse suficientemente eloquente para ser ouvida e acatada pelos beligerantes, conseguindo-se provavelmente que a conduta de todos se mantivesse dentro das normas tradicionais da justiça e da humanidade.

A *politica do bloqueio* teve, por consequencia, o caracter de represalia—indubitavelmente necessaria, justo é reconhecê-lo—contra a acção dos submarinos alemães, a respeito da qual a Entente, por este facto, mostrou reconhecer a impossibilidade de responder por meios directos. Convem não perder de vista esta circumstância, não só porque a todos os pequenos estados interessa aproveitar as lições da guerra submarina, mas tambem porque é, partindo dela, que se devem estudar as condições futuras da guerra no mar.

Logo á primeira vista ressalta que a *politica de bloqueio* se

tornou exequível por virtude da superioridade marítima de quem a praticou e principalmente porque eles se encontravam numa situação geográfica excepcionalmente favorável para a levarem a efeito com grande vantagem, e, tanto isto é assim, que os princípios adoptados na declaração anglo-francesa se tornaram efectivos no Mar do Norte, Atlantico e Mediterraneo, onde as bases alemãs e austriacas estavam envolvidas pelas posições da Inglaterra, França e Itália, mas não o puderam ser no Baltico, onde não sucedia o mesmo. Ousamos, portanto, discordar da opinião do illustre escritor italiano, Dr. Rosso, quando atribue character transitório ás medidas de represália adoptadas pela Entente em materia de bloqueio, visto que em nosso parecer, o character que realmente lhes cabe é o de um conjunto de medidas particulares, cuja execução se tornou possível pela situação especial em que se encontravam os beligerantes. Ainda sob este aspecto, o que de futuro poderá compellar os contendedores á pratica das boas regras de direito afirmadas na Declaração de Londres é, ou a posse dum instrumento capaz de contrariar inteiramente os efeitos dos novos engenhos de guerra, ou a impossibilidade material de pôr em pratica as medidas adoptadas pela Entente.

A parte, no dizer do Dr. Rosso, transitória da *politica de bloqueio* dos aliados, tornou-se, por conseguinte, ao que parece, tão estavel e definitiva como aquella que se refere à efectividade, e que o mesmo escritor considerou permanente. Os expedientes com aspecto de represália, usados pela Entente, serão ou não empregados em futuros conflitos, segundo as potencias tiverem ou não a possibilidade de recorrer a elas, porque quem estiver na disposição de prescindir das restrições que comportam a efectividade, continuidade e notificação, não é de presumir que se intimide com os desacatos que se venham a fazer a outras regras e praxes do direito das gentes. Atentado contra o direito é sempre a *politica de bloqueio*, por isso que sendo seu fundamento, como afirma o Dr. Rosso, a *proibição do commercio marítimo dos neutros com o inimigo* e estendendo-se essa proibição a todos os pontos e a todas as circunstâncias, independentemente de qualquer dever ou restrição por parte de quem o realize, como sucedeu, é incontestavel que tal conduta representa evidente atentado contra o direito anteriormente estabelecido, que poderá ser mais ou

menos grave, conforme as condições em que for efectivado, mas que nunca será um acto legitimo, enquanto novas concepções de direito não vierem substituir as existentes.

Abstraindo, por conseguinte, das represalias cuja extensão depende principalmente, a nosso ver, das circunstâncias geográficas e militares em que se encontra o beligerante que se propõe adopta-las e que, portanto, constituem para nós uma questão de possibilidade e para o Dr. Rosso de ocasião, virifica-se que este illustre publicista considera essencial, para que de futuro o bloqueio fique sujeito a normas bem definidas, que se admita uma certa **efectividade relativa**, dentro da qual os riscos criados pelos novos elementos de defesa marítima sejam evitados ou, pelo menos, se tornem minimos. Este expediente de que se tenta lançar mão para justificar um genero de operações já condenado debaixo do ponto de vista de arte de guerra, é que é indispensavel analisar, para ver até que ponto a preconizada **efectividade relativa** se afasta das características que modernamente definiam o bloqueio, só restando concluir que ela estará condenada a desaparecer de facto, do campo do direito, se as suas condições presentes e futuras se distanciarem de tal forma do que estava aceite, que entre elas não se possa descobrir razoavelmente qualquer ligação.

A **efectividade relativa** proposta pelo Dr. Rosso tem por fim legitimar o facto consumado do alargamento do bloqueio efectuado pelos aliados. Não lhes bastando, para fazerem frente aos riscos crescentes da guerra submarina, nem o bloqueio a distância, fictício, realizado, por assim dizer, das bases navais, nem o colossal desenvolvimento dado às listas do contrabando, os aliados tiveram que recorrer ao uso das zonas da guerra, dando-lhes carácter e extensão muito amplos. Pondo de parte tudo quanto diz respeito ao contrabando de guerra, vejamos quanto a prática se tem desviado das regras do direito applicáveis ao bloqueio, para podermos deduzir se as suas recentes modificações se conteem nos limites duma razoável evolução dos princípios ou destroem tudo quanto estava assente e reconhecido.

Assim, mais seguramente poderemos apurar a influéncia que os procedentes da grande guerra produzirão no bloqueio.

Foi, como sabemos, a declaração do almirantado britânico, de 2 de novembro de 1914, e seus posteriores esclarecimentos, que fixaram as bases do bloqueio aliado. Em virtude da doutrina daqueles documentos diplomáticos, todo o Mar do Norte passou a ser considerado pela Gran Bretanha como área de guerra, ficando, segundo se afirmava, o encerramento dos portos alemães ao tráfego (bloqueio das costas inimigas) confiado a rigorosos e efectivos cruzeiros, . . . *d'altre parte, non toglieva che la chiusura dei porti tedeschi al traffico fosse sempre affidata, secondo le buone regola internazionali a rigorose ed effective crociere*, são as próprias palavras do Dr. Rosso. Ora, não falando já em quanto há de anormal e de arbitrário no facto de ser considerado área de guerra um Mar que, como o do Norte, é caminho obrigatório para a navegação de vários países neutros, porque se até certo ponto a Inglaterra se comprometia a pôr essa navegação a coberto de todos os riscos, não é menos certo que tal segurança era alcançada em troca de várias sugestões e restrições que afectavam a plena soberania e liberdade dos países amigos; mas, abstracto daquele facto e cingindo-nos em particular ao que mais directamente diz respeito ao bloqueio, vemos que o que a Inglaterra se propunha fazer era, nem mais nem menos, do que ressuscitar a fórmula abandonada e abusiva do *bloqueio por cruzeiro*. Foi, não há dúvida, a força das circunstâncias que levou a Entente à adopção de práticas tão violentas, constringendo-a a usar de processos que, certamente, lhe repugnaram; práticas, todavia, menos violentas do que as empregadas pelos impérios centraes, porque as do grupo dos países occidentais eram de carácter manifestamente defensivo, enquanto que as do bloco germânico foram essencialmente ofensivas. Cumpre, todavia, não perder de vista que, tratando-se neste estudo de apreciar as novas formas do bloqueio e a sua evolução futura mais provável, nada interessa a comparação dos métodos de guerra postos em pratica pelos antagonistas, tanto mais que o bloqueio submarino austro-alemão, tendo sido, como já se disse, desde a origem e por virtude dos elementos empregados, uma forma de operar em absoluta opposição a todos os princípios de direito, não podem ter cabimento neste trabalho, em que somente se pretendem encarar as transformações actuais do bloqueio normal.

Do exame das condições em que se realizou o bloqueio da Alemanha pelos aliados deduz o ilustre escritor italiano, a que nos temos referido, que os seguintes factos devem ser tomados em conta nas normas a fixar de futuro:

— que o bloqueio marítimo perdeu os seus requisitos fundamentaes, obrigando a renunciar à efectividade e ao respeito pela liberdade de acesso às costas neutras, para se orientar segundo um regimen de mais vastas faculdades a conceder aos beligerantes;

— que as áreas de guerra como zonas defesas à navegação, mediante barragens de miñas, e estabelecidas com o fim exclusivamente passivo de defesa, impõem-se como meio legítimo de guerra, até mesmo nos mares abertos, até agora, por direito natural, deixados livres à navegação internacional.

Explicando depois estes princípios, elucida o citado autor que será indispensavel pôr de parte a efectividade absoluta do bloqueio, para se passar a usar uma certa efectividade relativa mais ampla, que obriga á fiscalização imediata de zona proibida e que permite estende-la se a segurança dos bloqueadores o exigir, até ao litoral dos neutros. Varias objecções se podem opôr a este critério, tão latitudinario que dentro dêle cabem todas as formulas condemnadas do bloqueio, proscritas do bom direito vai para 70 anos; mas uma das mais completas é a que o proprio Dr. Rosso opõe ao bloqueio submarino alemão e que tem inteiro cabimento á forma seguida pelos aliados e que é preconizada para o futuro: *è que ao bloqueio assim concebido e praticado faltam as garantias* daquela efectividade que não se limita simplesmente a obter duma maneira ou de outra o resultado material da frequente punição do transgressor, mas se caracteriza pela necessidade de ordem superior, que Dupuis define como sendo a «nécessité d'une action que écarte le scandale d'un ordre arbitraire», baseada essencialmente nos sacrificios exigidos aos beligerantes para a manutenção do bloqueio. E realmente, se a esta operação viérem a faltar as condições de efectividade, continuidade e notificação que até ha pouco o defeniam, se ela se poder estender ao litoral e portos das nações neutras, se não fôr limitada rigorosamente no espaço e se, alem disto, não exigir sacrificio da parte de quem a efectua, nem mesmo a occupação daquela porção da superficie liquida sobre a qual o inimigo exerce dominio, o que foi em

tempos, na opinião de alguns escritores, o seu mais valioso fundamento jurídico, poderá, por comodidade, continuar a dar-se este nome a tal operação, mas nunca ela o será efectivamente. Todas as concepções liberaes, que um seculo de civilização fizera surgir no ambito das doutrinas que regulam o bloqueio, desapareceram, pois, diante da ameaça de emprego dos novos engenhos de guerra maritima, e o bloqueio, como exercicio duma faculdade garantida pelo direito das gentes, deixa de existir, tal como o compreendiamos até aqui, para dar logar a novos metodos de ataque à propriedade privada no mar, cada dia mais violentos.

Não se trata, pois, como à primeira vista poderia parecer dum simples regresso às velhas praticas do direito internacional; os precedentes da grande guerra levaram as cousas muito longe. O que está eminente é a anulação duma das mais humanitarias, e ao mesmo tempo das mais energicas formulas da guerra maritima para ser substituida por outros metodos mais agressivos, mais irritantes e extraordinariamente mais violentos. E se já no ultimo conflito foi tão grande a derrocada, o que virá a succeder mais tarde com os crescentes progressos dos diferentes elementos da defesa maritima? Que novos ultrajes atingirão ainda o principio da inviolabilidade de propriedade particular na guerra maritima, se a Liga dos Povos não entrar no campo das realizações praticas?

As areas de guerra que, segundo o critério adoptado agora e provavelmente seguido de futuro, completam o bloqueio orientado no sentido que foi defenido pelo Dr. Rosso, não se estabelecerão evidentemente senão com intuitos defensivos, visto que de outra forma ou se procuraria exercer determinada acção ofensiva, como fizeram os alemães, o que é inteiramente illegitimo ou, em ultima analyse, tudo se limitará a efectuar o direito de visita, para o que se torna desnecessario recorrer a este expediente, a menos que com êle se procure cercar ainda mais a soberania dos neutros, realizando a visita nas suas proprias aguas. Este receio não é inteiramente descabido porque já se reputa licito estender o bloqueio até dentro das aguas jurisdicionaes dos neutros e porque em relação á area da guerra, diz o Dr. Rosso *que se deverá evitar que a operação não degenerem em abuso altamente nocivo dos neutros, mas imponha somente a estes sacrificios razoaveis como lhes impõe o*

bloqueio. Afóra esta circumstancia, que convem ser esclarecida e que mais antipatica tornará a attitude do agressor, se a adoptar, deveremos considerar as areas da guerra como recurso defensivo, constituído principalmente por barragens fixas, bem determinadas nos seus limites, garantindo passagens livres á navegação neutral, vigiadas e protegidas pelo beligerante que as emprega e notificadas com grande antecipação, de forma a evitar o perigo resultante da ignorancia de sua existencia. Deve notar-se, todavia, que o estabelecimento de qualquer zona de guerra, apesar de todos os detalhes serem tão minuciosamente regulados, como se propõe, e mesmo quando os direitos dos neutros não tenham sofrido quebra, constitue sempre um acto abusivo, porque representa o aproveitamento para uso exclusivo da propriedade comum e restringe a todos o direito de usarem o mar para fins inteiramente legitimados, quando não aconteça ir afectar as suas regalias e soberania, incluindo as suas aguas territoriaes nas regiões minadas. Mas, convem notar que como o impedimento material oposto á navegação foi constituído, e provavelmente continuará a se-lo de futuro, por meio de minas, segue-se que o uso das areas de guerra está em absoluta opposição com os principios consignados nas actas da Segunda Conferencia Internacional da Paz, onde se registou o filantrópico intuito de contestar aos beligerantes o direito de collocarem minas em pleno mar, assim como tambem ficou registado que a consciencia, o bom senso e o sentimento dos deveres impostos pelas regras da humanidade nunca se apartarão dos beligerantes e lhes não consentirão usar longe das costas minas amarradas, a não ser sob o imperio de razões militares absolutamente urgentes (1). Por consequencia as areas de guerra, se não representam uma infracção das disposições expressas da lei internacional, representam, pelo menos, a perda de mais uma bela aspiração.

Como consequencia do que ficou exposto nas linhas anteriores, somos levados a concluir que o bloqueio comercial á moda classica, se tornou impossivel na maioria dos casos, e que a operação que o vier substituir definitivamente terá um

(1) João de Oliveira, obr. cit., pag. 61.

aspecto de muito maior violencia pelo que se refere á immidade da propriedade privada no mar.

A grande guerra veio, pois, destruir uma operação que o direito moderno disciplinara e que a civilização suavisara tanto quanto era possível. Os precedentes derivados dela pelo que diz respeito ao bloqueio, são deploráveis porque irão afectar os beligerantes, o que já será mau, mas atingirão igualmente os neutros, o que é muito pior.

Setembro de 1919.

MATTA OLIVEIRA.

Capitão tenente

Novo aparelho para iluminação das alças e pontos de mira

Apresentamos hoje aos leitores da Revista Militar, uma engenhosa invenção do primeiro tenente de marinha Henrique Maria Travassos Valdez e aplicada com optimos resultados a bordo da canhoneira Patria, em Macau, segundo as elogiosas referencias oficialmente comunicadas ás autoridades superiores de marinha pelos seus dois comandantes capitães de fragata Magalhães Correia e João de Freitas Ribeiro.

E', pois, o engenhoso aparelho que abaixo se descreve, numa memoria que o seu illustre inventôr apresentou ao Commando da Canhoneira Patria, do conhecimento das Estações Tecnicas de Marinha. Que o seja tambem dos leitores da nossa Revista, e que, com a influencia de que possam dispôr, envidem, como bons portugueses, os seus esforços para que seja aproveitada, como julgamos poderia ser, tão util invenção.

E' este o nosso proposito ao apresentarmos, com a devida venia, o extracto da memoria apresentada em Março de 1917, quando Portugal se achava envolvido no terrivel conflito, cujas desastrosas consequencias ainda infelizmente estamos sofrendo.

Eis o extracto da referida memoria.

V. G. C.

A bateria Hotchkiss, que, neste navio, se compõe de 6 H. 47/40 (s. a), não tem disposições especiais para o tiro noturno, defeito este que, torna pouco menos que nula a sua eficiencia em combate ou bombardeamento feito de noute. O cursor adoptado para o tiro de dia, sendo simplesmente uma ampliação do que é usado na carabina, enferma do mesmo defeito que todos nós temos reconhecido neste ultimo e que é, na instrução de recrutas, a dificuldade de lhes explicar que a crista de mira se deve colocar a meio da linha que une os bordos da ranhura, e na pratica, a incerteza sobre qual seja exactamente o meio dessa linha, incerteza que nos leva a cometer um erro tanto maior quanto maior seja o alcance da arma de fogo. O erro, quando exista, é portanto maior na carabina. Para obviar a estes inconvenientes, lembrei-me de idear um cursor que satisfizesse ás duas condições, isto é, de dia fosse melhor que o actual e que, de noute, pudesse ser iluminado. Nada me pareceu melhor que o sistema em que a ranhura fosse dada entre os vertices de dois angulos, cujos lados servissem para encaminhar o orgão da visão a encontrar com facilidade esses mesmos vertices. O cursor difere portanto do actual em ter a ranhura disposta em posição invertida, isto é, com o vertice para cima e a base para baixo, de forma a acompanhar por completo as arestas da massa de mira; e como os lados que formam os angulos são em fio de ferro bastante delgado, fica-nos, entre as duas colunas superiores do cursor, um campo bastante largo para que possamos com facilidade ver e colocar a massa de mira mesmo dentro do espaço que constitue a ranhura de mira, de forma a enche-lo por completo. Não ha assim possibilidade de erro, o que foi sobejamente demonstrado nos exercicios de tiro ultimamente feitos. Com os fios dispostos desta forma, compreende-se a facilidade que haverá em ilumina-los, com uma lampada vermelha colocada um pouco inferiormente e introduzida num anel existente na face posterior do cursor. A luz passando através de um orificio do anel suporte, é encaminhada para os fios por um cãvado aberto na mesasita superior de cursor, entre as duas colunas.

O anel suporte faz corpo com o cursor. Na figura n.º 2, creio dar uma idea do sistema adoptado.

A iluminação da graduação da alça tambem me ofereceu

algumas dificuldades que supponho resolvidas com a seguinte disposição:

Na parte posterior do porta-alça faço um pequeno encaixe, uma moldura para corrediça. Está é uma pequena peça de latão, muito parecida com o cursor, e que tem duas ábas laterais e uma inferior que deslisa no encaixe, entrando-lhe pela parte superior. Uma vez no seu logar aí se fixa com um pequeno parafuso que lhe colóco na ába inferior. Entre as duas colunas superiores coloco um pequeno espelho, protegido por uma caixa de latão pouco espesso, movel num eixo horizontal.

As colunas ficam acima do suporte da alça. Na face posterior do pequeno aparelho de iluminação ha um anel suporte da lampada, anel que tem um orificio, para passagem da luz, na sua parte superior. O principio é simples:— A luz saindo do suporte, reflecte-se no espelho e a este dá-se a inclinação bastante para que a luz reflectida incida na graduação, de modo a fazer-se a leitura com facilidade *e sem erro*.

E' esta a vantagem que o dispositivo tem sobre o que existe, por exemplo, nas peças S. C. Nestas ultimas, a luz, vindo directamente para a graduação, de uma lampada collocada no suporte da alça, e mais baixa que a graduação, deixa uma sombra na parte inferior da alça, sombra que pode induzir a grandes erros.

No sistema agora adoptado não succede assim, uma vez que a luz vem de cima; e ha a vantagem de, sendo a luz reflectida, por ser menos intensa não atormentar tanto a vista do apontador. A figura n.º 1 mostra tambem este pequeno aparelho e a modificação introduzida no porta-alça.

O parafuso de ajustamento e o numero da alça ficam a descoberto com facilidade; e, de dia, o aparelho de iluminação, não sendo indispensavel, pode ser guardado na caixa de sobressalentes.

A massa de mira é iluminada com facilidade da forma seguinte:

Corta-se metade da parte conica, pela parte posterior de um plano passando pelo vertice e perpendicular á base. Ficamos voltada para nós uma superficie triangular que tem para lados as antigas arestas do cone e para vertice superior o mesmo vertice do cone. Aguça-se um pouco mais este vertice e cava-se no meio da superficie triangular. Pelo lado poste-

rior da parte cilíndrica da massa de mira solda-se um anel suporte da lampada e abre-se esse anel de forma a fazer incidir a luz sobre a parte triangular. A iluminação assim obtida é magnífica ficando os lados do triângulo mais iluminados que a parte interior e dando o cruzamento dos lados uma esplendida crista de mira. Também na figura n.º 3 se veem os desenhos deste simples aparelho, que tanto pode ser usado de dia como de noite e que portanto substitue com vantagem o actual.

Para que o triângulo luminoso fique sempre para o apontador, dividi o corpo da massa de mira em duas partes, sendo a superior ajustada à outra por meio de uma porca que rosca numa espiga em que termina a parte inferior.

Como complemento deste sistema pode usar-se uma bateria de dois pequenos acumuladores fungner metidos numa caixa de madeira que se guarda dentro do cone do reparo; e uma caixa de derivações e resistências, semelhante á que é empregada nas peças S. C., que se pode colocar na coronha.

O aparelho de pontarias à boca, Percy-Scot, foi adquirido por este navio para exercícios e instrução nas peças S. C. 10/45^{cm}. Essa instrução foi dada durante muitos meses a toda a 1.^a brigada e a algumas praças da 3.^a brigada. No decorrer da instrução convenci-me de que o aparelho se apresenta um tanto incompleto, não tendo ao menos disposição para o exercício de tiro noturno, nem disposições que permitam a instrução ministrada com vários sistemas de peças, a artilharia Hotchkiss, por exemplo, em que é o hombro do atirador que move e aguenta a peça e em que os aparelhos de pontaria são completamente diferentes.

Na intenção de tirar o maior proveito possível do aparelho adquirido pelo navio, resolvi-me a introduzir-lhe pequenas modificações que me tem permitido uma mais proveitosa instrução do pessoal. Em primeiro lugar dei-lhe disposição para o tiro de noite. A actual disposição é provisória consistindo numa caixa de madeira colocada na porta superior do porta-alvo e de forma a que um dos tampos da caixa faça como que a continuação do alvo. No interior dessa caixa está uma microlampada, em série com a da graduação da alça.

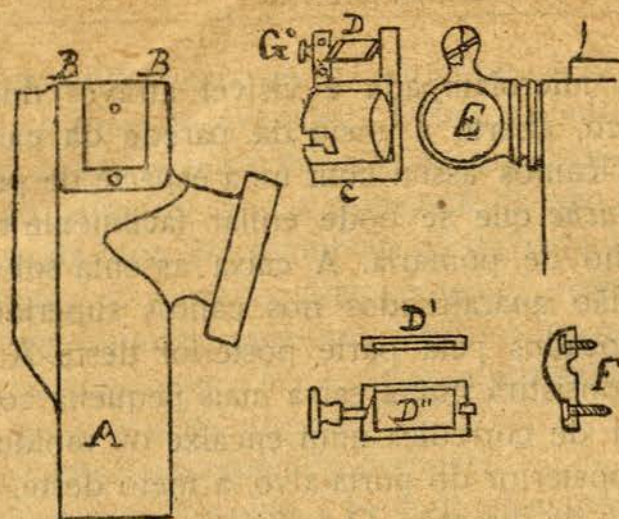


Fig. 1

- A — Suporte de alça
- B — Guias de corredeira
- C — Corredeira de iluminação
- D, D', D'' — Espelho
- E — Anel-suporte da micro lampada
- F — Chumaceira desmontável para colocação e substituição do espelho
- G — Eixo de orientação do espelho

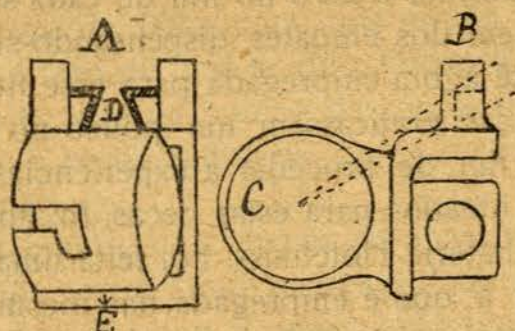


Fig. 2

Cursôr de desvios

- A — Cursôr de frente
- B — Cursôr de perfil
- C — Anel suporte da micro lampada
- D — Ranhura de mira
- E — Linha de fê (desvio, desvio O)

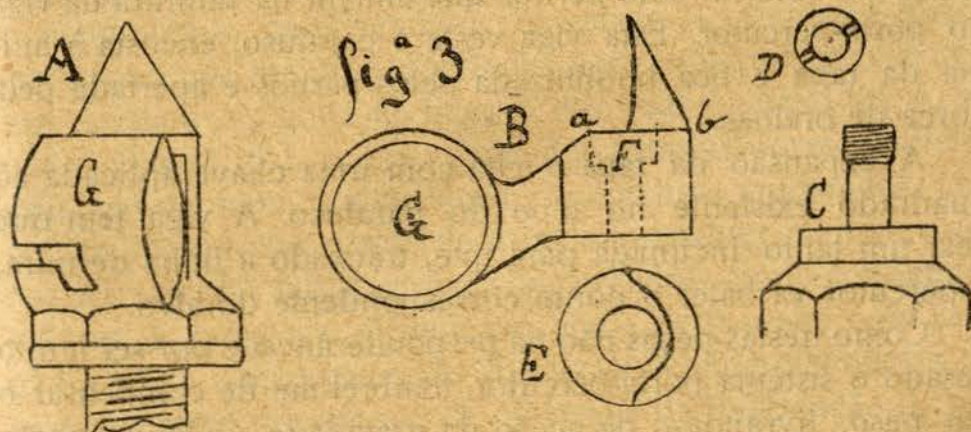


Fig. 3

Maça de Mira

- A — Maça de mira de frente
- B — Maça de mira, de perfil
- C — Suporte da maça de mira
- D — Porca fixadôra da maça ao suporte
- E — Secção transversal *ab* mostrando a maior espessura da parte cônica
- F — Alojamento da espiga do suporte e da porca fixadôra
- G — Anel suporte da micro lampada

A luz dessa microlampada é visível através dum orifício microscópico, aberto a meio da parede da caixa que serve de alvo. Ficamos assim com uma espécie de pequena *muché* móvel, *muché* que se pode enfiar facilmente com as miras do aparelho de pontaria. A caixa assenta sobre dois esquadros de latão aparafusados nos cantos superiores do porta-alvo e colocados pela parte posterior deste. A disposição definitiva consistirá numa caixa mais pequena com três ábas que servem de corrediça num encaixe ou moldura colocada na parte posterior do porta-alvo, a meio deste, e logo acima do parafuso de direcção. O orifício para a passagem da luz será então aberto no porta-alvo; e a caixa que contém uma microlampada, terá uma das paredes aberta e virada para o orifício porta-alvo. Com esta disposição poderá a própria microlampada iluminar o alvo no fim de cada série, para se proceder à contagem dos empates, dispensando-se assim o uso duma lanterna até agora empregada para esse fim.

Para que as praças praticassem um pouco no aparelho Hotchkiss e com o fim de proceder a experiências com os aparelhos luminosos ideados para estas peças, fiz uma adaptação do Percv-Scot à bateria Hotchkiss. Foi feita uma tapa de expansão semelhante à que é empregada nas mesmas peças mas tendo o topo anterior reforçado por uma anilha de ferro e tendo no parafuso, em vez de manípulo, um quadrado para uma chave e rosca para uma porca de orelhas. Na anilha acima referida ha dois pernos que enfiam na ranhura da viga do porta-percutor. Esta viga veste o parafuso, encosta à anilha da tapa e fica immobilizada pelos pernos e apertada pela porca de orelhas.

A expansão da tapa é feita com uma chave aplicada ao quadrado existente no topo do parafuso. A viga tem que ficar um tanto inclinada para que, traçando a linha de mira, o percutor vá bater o ponto correspondente do alvo.

Como nestas peças não ha preponderância e por ser muito pesado o sistema porta-percutor, lembrei-me de compensar o seu peso, livrando-o da acção da gravidade. Coloquei então dois pequenos esquadros de latão na parte superior e anterior do aparelho e dois olhais nos extremos do quadro do porta-percutor; dois fios de arame engatados nos olhais fazem retorno em moitões fixos aos esquadros e sustentam nas

suas extremidades pesos de chumbo. A soma destes pesos é igual ao peso do quadrado. Deixa portanto de se fazer sentir este peso na boca da peça o que, além de evitar esse esforço ao atirador, tem a vantagem de não fatigar também o parafuso da tapa. No manipululo de disparar coloquei, tanto na haste como na alavanca dois pequenos pressores de latão isolados com ebonite, pressores onde se ligam os dois fios vindos do acumulador. Ao apertar a alavanca de encontro à haste, os pressores chegam ao contacto, produzindo-se, ao mesmo tempo o avanço do percutôr.

Como complemento à série de pequenos dispositivos que, a bem do serviço, tenho procurado introduzir no material a meu cargo, direi que, no intuito de poder verificar com frequência qual o estado dos freios das peças S. C. de B. B. (as que pertenceram sempre ao navio), mandei fazer uma pequena peça de latão com dois bocais roscados, peça que se adapta ao furo de encher do cilindro do freio hidraulico e ao tubo de ligação da bomba das peças de E. B. e que permite portanto o poder retirar-se a peça de bateria com a glicerina sob pressão.

Aditamento—Ao dispôr os aparelhos electricos sobre as peças Hot., resolvi que os acumuladores, em vez de ficarem arrecadados no cone, ficassem em caixas fixadas aos escudos. No cone ha sempre oleos e ás vezes, quando vem a época das chuvas, ha alguma água que vencendo a impermeabilidade das capas, escorre pelo peão e iria cair portanto sobre o acumulador, danificando-o. As caixas são fixadas à direita das peças, por grampos apertados entre o escudo e as porcas que existem na junta de ligação das duas quarteladas do escudo. Dentro das caixas, além dos acumuladores estabeleci uma gaveta para a alça, chave do colchete moderador, chaves de apertos das maças de mira e quaisquer outras pequenas ferramentas indispensáveis ou urgentes. Junto aos acumuladores, à esquerda, dispuz um bloco de madeira com cavidades para alojamentos de 3 caixas de microlampadas, da maça de mira primitiva e da corrediça de iluminação da graduação da alça; e por cima deste bloco, na parede do fundo da caixa, dispuz um outro bloco de madeira de que fiz uma espécie de caixa de resistências para graduação da intensidade da luz das 3 microlampadas.

As ligações desta caixa de resistências, assim com a caixa dos aparelhos electricos, estão representadas na estampa que apresento. (1) O fio é enrolado em 3 prismas hexagonais de ebonite.

Com estas disposições acham-se as peças prontas para o combate, tanto de dia como de noute, não sendo indispensável, logo no primeiro momento, ir safar a caixa de sobresalentes.

O encarregado da artilharia,

HENRIQUE MARIA TRAVASSOS VALDEZ

A Artilharia Divisionaria

(Continuado da pag. 668 do LXXII vol.)

Nessa orientação julgamos conveniente e em boas condições a aquisição de peças de 75 (modelo francês) e de obuses de 11,4 (modelo inglês), bôcas de fogo já praticamente bem conhecidas da maioria dos nossos artilheiros, pois com elas estava armado o nosso C. E. P. em França.

Diremos, porém, que a nós não nos repugnava a adopção da peça inglesa de campanha (8,° 4) pelos motivos, que a seguir apontamos ao tratarmos da adopção do obus de 11,° 4, embora a não conheçamos na prática. Os ingleses fizeram com ela a guerra; satisfizes-lhes e a nós, que não deveremos ser mais *exigentes*, também decerto nos satisfaria. Não a propomos porque isso seria uma verdadeira *revolução* na nossa arma e as revoluções tendem muito para a *destruição*, quando nós procuramos organizar e assim construir.

O 75 francês satisfez na guerra como peça ligeira de tiro rápido, com potência e alcances regulares, é um pouco rústica, o que tem vantagens para o serviço; tem um aparelho de pontaria um pouco complicado, sem contudo ser de com-

(1) Não apresentamos esta estampa, porque o illustre autor do engenhoso aparelho, que acaba de ser descrito, assim o permitiu em vista das dificuldades da impressão das paginas, e não ser indispensável á essencia da descrição do aparelho.

plicação, que não se vença com facilidade na prática do serviço; tem um escudo deficiente pela sua pequenez, o que pode bem ser modificado pelo nosso Arsenal e tem a *abatage*, que podemos, talvez, modificar ou suprimir, adoptando outro sistema de conreira.

O nosso 7,5 m/904 é tecnicamente mais perfeito, mas a França não o tem e não fabricará decerto mais esse material e assim não podemos aumentar o número insufficiente dessas peças, de que ainda dispomos algumas batarias. Nos nossos campos de tiro e no poligno de Vendas Novas ela satisfaz sempre e sabemos que a opinião abalisada de um official inglês de artilharia, que serviu na Belgica, onde ela foi empregada, é para este tipo de peça ligeira o mais lisongeira possível.

É verdade que a nossa Fabrica de Material de Guerra fabrica munições de 7,5 m/904, mas estamos certos que em pouco tempo ela se habilitará a fabricar munições para o 75 m/ francês.

O que faremos então ao 7,5 m/904?

Parece-me haver três soluções:

a) — Organizar batarias de reserva, solução com que não concordamos, por se adoptarem dois tipos de material, e assim de munições, na mesma classe de bôcas de fogo do mesmo calibre no armamento da divisão.

b) — Armar a artilharia de guarnição, constituindo batarias para defesa móvel do campo entrincheirado.

c) — Empregar o 7,5 no armamento de algumas batarias do exercito colonial, ficando o restante para o serviço da G. N. R.

Julgamos que, adoptando qualquer das duas últimas soluções, não se necessitará de um elevado stock de munições e assim será sufficiente o stock, que exista á data em que a Fabrica passe a produzir munições de 75 m/ francês, cessando o fabrico das de 7,5 m/904.

Relativamente ao obus ligeiro podemos adoptar definitivamente o obus de 11,4 m/ inglês, que empregou a nossa artilharia em França.

Sobre esse obus é geral a opinião dos officiais, que serviram no C. E. P. com esse material, que é uma bôca de fogo de tiro curvo sufficientemente precisa, com mobilidade idên-

tica á do 75, empregando um projectil de regular potência (16 Kg.) e com uma velocidade de tiro (6 a 8 por minuto) satisfatória para a guerra moderna.

O seu alcance é apenas de 6400 metros, mas a não ser o obus de 15 os outros tipos conhecidos de obuses de 10^c, 5 a 12^c não tem alcance muito maior e todos sabem que o obus de 15 tem um pêso exagerado para ser considerado como tipo recomendavel em mobilidade para a artilharia divisionaria, principalmente entre nós.

Mesmo que se considere um tipo de obus de 15^c decomponivel em duas cargas para efeito de transporte, diminuindo assim o peso das viaturas, apparecerá decerto outro inconveniente, que é o da demora na occupação da posição e na abertura do fogo, inconveniente a que não deveremos deixar de prestar a nossa maior atenção.

É certo que hoje todas as nações procuram dotar a sua artilharia com a maior potencia possivel e assim recorrem, em geral, ao calibre 15^c para o obus divisionario. Mas tambem é certo que o fazem prejudicando a condição essencial e primordial, segundo a nossa maneira de vêr, que é a mobilidade.

Entre nós, repetimos, atendendo ao acidentado geral dos nossos terrenos e às vias de comunicação, julgamos que a mobilidade deve prevalecer como condição de escolha, demais até certo limite a menor potencia é compensada, em face dos efeitos da maior potencia, pela velocidade do tiro, rapidez de occupação de posições, pronta abertura do fogo e pela maior facilidade de remuniamento.

Dissémos até certo limite, pois supomos que o maior emprego da nossa artilharia será em guerra de movimento ou de posição de fase pouco duradoura, e assim não dever ser considerada a potencia como a mais necessaria e portanto a principal qualidade do material, por não haver decerto objectivos de grande resistência a destruir.

Além das razões expostas, sendo o obus ligeiro considerado como complemento indispensavel à peça ligeira, é evidente que ele deve ser capaz de substituir a peça, quando as circunstâncias o demandem, como grandes desenfiamentos dos objectivos.

Se, com efeito, ele deve ser chamado a desempenhar fre-

quentemente o papel da peça, deverá dispor de um bom aprovisionamento de munições e portanto o seu peso deve ser reduzido quanto o permitam as outras condições a que tem de satisfazer tecnicamente.

Assim temos mais um argumento a favôr da limitação do calibre do obus de campanha.

Destinamos, então, para a artilharia da unidade superior à divisão os calibres em peças e em obuses superiores, respectivamente a 75^{mm} e 12^c.

Evidentemente ninguém pensará que a nossa artilharia se limitará sómente aquela, que deve armar as divisões.

A adopção do obus de 11^c,4 tem a vantagem, além de ser um material já praticamente bem conhecido entre nós, de satisfazer às condições, que acabamos de mencionar, e de, sendo fabricado em Inglaterra, termos assim meio rapido e seguro de o adquirir.

Mesmo que a Inglaterra não fabrique mais material desse tipo, ela dispõe actualmente de um stock tão grande, que bem nos poderá ceder o suficiente para o nosso armamento.

Dirão aquêles que aguardam os ultimos figurinos: «porque não esperamos pelos modelos aperfeiçoados, segundo os ensinamentos da guerra, para armar a nossa artilharia com o *dernier cri*». Erraremos, mas a nossa resposta é facil e rapida; precisamos já, já, deveremos adquirir.

Os ultimos figurinos, quando poderão ser adquiridos por nós? Os modelos aperfeiçoados, segundo alguns ensinamentos da guerra, quando começarão a sair das fabricas e quanto tempo depois nós os poderemos adquirir?

Se existissem já ou dentro de pouco tempo esses modelos, poderíamos decerto, com vantagem, arriscarmo-nos a *guardar para amanhã*; mas não existem já e nem se prevê quando existirão.

Emfim, resolvam, que nós aguardamos a resolução, mas resolvam no sentido de termos em breve aquilo de que tanto carecemos.

*
* *
*

Assentando pois em que na divisão não pode deixar de haver, pelo menos, uma peça ligeira e um obus ligeiro,

vamos ver como deverá ser organizada a artilharia divisio-
naria.

Como vimos, as diferentes nações, durante a guerra, tinham por divisão, na sua maioria, 3 grupos de peças ligeiras e 1 a 2 grupos de obuses ligeiros.

A unidade, permita-se-nos o termo, 3 grupos a 3 baterias de peças ligeiras, parece já *classica* e assim julgado o numero minimo para essa classe de bocas de fogo.

Há até entre os franceses e espanhois quem advogue a unidade 4 grupos.

O general francês Le Gallais diz que a experiencia da guerra provou que os 3 grupos de 75 são insufficientes, mesmo que a divisão tenha 3 regimentos de infantaria em vez de 4, e quer seja em sector, quer em guerra de movimento.

Estamos convencidos, segundo Pétain, que hoje a artilharia há-de com os seus fogos conquistar o terreno para que a infantaria depois o possa ocupar. Essa conquista há-de ser feita certamente pela acção de um fogo intenso e demorado, que destrua todos os obstáculos ao avanço da infantaria, que será sempre precedida de perto por uma verdadeira cortina de projecteis, barragem rolante, cuja execução só poderá competir à peça ligeira, e sem a qual será difficil, se não impossivel o referido avanço.

Se a artilharia tem de defender a posição, tendo de impedir a sua occupação, deve a todo o momento estar em condições de executar rápidas e intensas barragens, até mesmo ás curtas distâncias, sobre as tropas de ataque e sobre os pontos de onde elas partam ao ataque, missão que sem duvida competirá à peça ligeira.

Abalançamo-nos mesmo a considerar imprudente, principalmente em regiões de fracos declives, diminuir o numero 3 de grupos de baterias de 75 por divisão.

Quanto ao obus, a guerra de trincheiras deu-lhe grande importância pela necessidade do tiro curvo. Entre nós, atendendo ao acidentado geral do nosso terreno, julgamos dever generalizar-se o seu emprego, ainda mais principalmente por este motivo. Convirá decerto considerar o seu mais ou menos provavel emprego, segundo o gráu orográfico de algumas regiões do nosso país.

Será talvez vantajoso considerar para esse efeito dividido

o país em três zônas diferentes: *norte*, *centro* e *sul* e, segundo essas zônas, dotar as divisões correspondentes com maior ou menor proporção de obuses, que poderá oscilar entre os limites de 2 e 1 grupos de 3 baterias e até 1 grupo de 2 baterias.

Atendendo porê m aos limites, que são sempre marcados a *fôgo* pela nossa balança financeira, poderíamos, talvez, constituir a artilharia divisionária, tomando por base a orografia das três citadas zônas, e combinando o provavel emprego do obus com a necessidade da peça, e assim :

Zôna Norte — 2 grupos de peças e 2 grupos de obuses, 48 bocas de fôgo (1).

Zôna Centro — 3 grupos de peças e 1 grupo de obuses, 48 bocas de fôgo.

Zôna Sul	}	2 grupos a 3 baterias de peças.	24	bocas	de	fôgo
		2 grupos a 2 baterias de peças (2)	16	"	"	"
		1 grupo a 2 baterias de obuses.	8	"	"	"

*

* * *

Como atrás dissemos, no C. E. P., à semelhança da organização da artilharia divisionária inglesa, cada divisão compreendida 4 grupos (mixtos), tendo cada grupo 3 baterias de peças e 1 de obuses.

O coronel inglês Pringle, que comandou durante a guerra um grupo mixto, sustenta que ele é o mais racional agrupamento de artilharia e o que permite mais combinações na sua acção.

Os alemães adoptaram tambem grupos mixtos de 3 baterias de peças de 10^c,5 e 1 bateria de morteiros de 21^c. Um official, que visitou o front alemão ouviu dizer a um comandante de um desses grupos, que era o *comando ideal para um artelheiro* (3).

(1) O que dá uma proporção de 5,9 (aprox.) bocas de fôgo para 1.000 espingardas.

(2) Ou 1 grupo a 4 baterias.

(3) Vidé nota 2 pag. 5.

Mas dir-se-há que essa organização era vantajosa para a guerra de trincheiras e não será a mais conveniente na guerra de movimento!

Na guerra de trincheiras (posição) estamos convencidos, que ela prova bem, pois às barragens da peça de 75, varrendo o terreno, sobrepunha-se, na mesma zona a bater, o fogo do obus, batendo de preferencia metralhadoras, postos de comando, cruzamentos de trincheiras etc., e assim era desde a operação mais elementar, o *raid*, até ao *ataque*.

Com esses grupos mixtos obtinha-se a unidade de comando das bocas de fogo empregadas para o mesmo fim e dentro da mesma zona a bater.

Na guerra de movimento haverá inconveniente em estarem sob o mesmo comando baterias de materiais diferentes?

Em primeiro lugar, hoje, com o grande emprego da fortificação, a guerra de movimento há de ser nas suas fases normais uma especie de guerra de posição (menos parada), apresentando por isso situações identicas às da guerra de trincheiras e subsistindo assim nessas situações a vantagem do mesmo comando; em segundo lugar não haverá vantagem em um grupo, que terá de desempenhar a missão de apoio a uma acção de infantaria, ter à sua disposição uma bôca de fogo capaz de intervir rápidamente, batendo qualquer objectivo desenhado da peça, uma metralhadora fortemente abrigada e até uma bateria inimiga, que prejudique a acção? Parece-nos que sim.

A organização dos grupos mixtos satisfaz em absoluto a um dos principios basilares da organização do comando da artilharia francesa durante a guerra, como tambem das outras artilharias aliadas, principio que preconisa que a intervenção rápida do maior numero possível de baterias em proveito das tropas, que delas necessitam, deve ser preparada, de ante-mão, no maior grau possível.

Certamente de futuro o mesmo principio subsistirá e com mais forte razão numa guerra de movimento ou com character aproximado a guerra de movimento, que será a mais provável entre nós.

Ora evidentemente o citado maior grau de preparação é o de estarem directamente às ordens, à mão do comandante da unidade táctica de artilharia, o grupo, as baterias que teem

mais directamente de apoiar as tropas de infantaria na execução de uma dada acção, baterias de que necessitam essas tropas para o desempenho dessa mesma acção. Decerto na maior parte das situações táticas e condições de terreno, se não sempre, será necessária a acção dos obuses.

E na guerra de movimento em que maior dificuldade existirá em se estabelecer uma perfeita ligação entre as duas armas, e assim entre os comandos da infantaria e da artilharia divisionária, é mais facilmente assegurada a ligação entre o comando das tropas de infantaria, que tem de executar uma dada missão e o grupo de baterias que apoia essas tropas, do que entre aqueles comandos. Assim, dispondo esse grupo de uma bateria de obuses, quando a acção destes for necessária, a sua intervenção será mais rápida, do que tendo essa intervenção de ser determinada por ordem do comandante da artilharia divisionária ao comandante do grupo de obuses, pois não vimos outro meio de proceder.

Alguns poderão apontar na adopção dos grupos mixtos o inconveniente de haver no grupo de baterias dois tipos de projecteis de dois calibres diferentes, podendo dar-se *gravissimos* enganos no serviço de remuniamento.

Antes da guerra receava-se esses enganos por haver na divisão mais de um calibre; venceram-se esses receios adoptando quasi todas as nações, pelo menos, dois tipos de bôcas de fogo de calibres diferentes e assim munições tambem de calibres diferentes no armamento da divisão.

Na fase da guerra de posição nunca houve enganos e na ultima fase da guerra, fase aproximada do que seria uma guerra entre nós, tambem se não deram.

Uma e outra fase conhecemos, como comandante, que fomos, da bateria de obuses do 4.º G. B. A. do C. E. P.

Parece-nos não muito *audacioso* e *arriscado* o facto de aceitarmos dois projecteis no remuniamento do grupo de baterias.

Recordando o que está determinado entre nós, relativamente ao serviço de remuniamento dentro da divisão, vamos ver se com um *pedaço* de *método* e de *ordem* podemos fazer sem dificuldade, e assim sem probabilidades de engano, o remuniamento de um grupo mixto.

Os enganos só podem provir da transmissão das ordens

para o remuniamento, pois os carros de munições são diferentes e os projecteis também se não confundem.

Com os carros do primeiro remuniamento não há decerto enganos, pois os carros estão na posição da bateria (de tiro).

Com os carros do escalão de combate da bateria também não poderá haver enganos, pois esses carros ou estarão sós na posição do escalão da bateria ou junto aos carros dos escalões das outras baterias do grupo na posição do grupo de escalões (do grupo). No primeiro caso o graduado encarregado do remuniamento é da bateria e vai à posição do escalão da bateria, onde só ha carros com munições para essa bateria.

No segundo caso ainda uma praça da bateria, que vai remuniciar, é que se dirige ao grupo de escalões do grupo e assim decerto ele não trocará *althos* por *bogalhos*.

Por ultimo o remuniamento entre o escalão de combate da bateria ou entre o grupo de escalões (do grupo) e a coluna de munições da divisão, que se faz normalmente por trasbordo de munições entre os carros do escalão da bateria e os carros da coluna de munições, não parece também dar lugar a enganos.

Havendo mais de um calibre na divisão, a secção de munições de artilharia ou sua fracção avançada deverá ter carros com munições dos dois calibres e portanto estará pronta a remuniciar qualquer dos dois calibres.

O pedido de munições para o remuniamento, feito pelo comandante do grupo de escalões, por intermédio do respectivo agente de ligação, ao comandante da secção ou fracção da secção avançada da coluna de munições é normalmente satisfeito em face de um documento escrito (recibo), o que não nos parece que deva dar lugar a enganos da parte do comandante do grupo de escalões, pois este, tendo por missão quasi exclusiva o remuniamento, não necessitará de grandes dotes para se não enganar.

Caso o pedido seja muito excepcionalmente transmitido verbalmente à secção da coluna de munições, por intermédio do respectivo agente de ligação, então *confessamos* que este se poderá enganar, mas se os graduados assim fácilmente se enganam, um pouco de previdencia fará nunca se usar deste

meio, que como vimos é o unico que poderá dar lugar a enganos e que, segundo as normas regulamentares, sómente se deverá empregar como rara excepção.

Se se adoptasse a organização dos grupos mixtos, desapparecendo portanto a unidade regimento de obuses, até em tempo de paz, tínhamos assim maneira de obter o seguinte, que julgamos de grande vantagem:

1.º — A organização desde o tempo de paz dos grupos mixtos, organização provada como vantajosa para a guerra, evitando assim ter de se efectuar essa organização na passagem do pé de paz ao pé de guerra e por consequência um transporte de material durante a mobilização, transporte a efectuar dentro do teatro de operações e num sentido paralelo à presumivel frente de batalha, com manifesto prejuizo de outros transportes, para os quais não abundam os meios e as vias.

E, se atendermos à sede actual do regimento de obuses, quási receamos a impossibilidade de completar a necessária concentração do seu material nas diferentes divisões, pelas quais há de ser distribuido.

2.º — Poderem os officiaes e sargentos de cada regimento conhecer as duas classes de material, e assim todos os officiaes e sargentos da arma, o que não nos parece de fácil obtenção só com os cursos de tiro e muito menos com as transferencias *periódicas*, que causam tantos *transtornos e contrariedades*.

Mesmo que repugne a alguns a organização dos grupos mixtos desde o tempo de paz por motivos de burocracia, *a celebre parte administrativa*, podia-se adoptar uma solução média: haver em cada regimento de artilharia, em tempo de paz, grupos de peças e grupos de obuses, que na mobilização constituíram os grupos mixtos com peças e obuses e grupos de uma só classe de bôcas de fogo, conforme as zonas das sedes desses regimentos, segundo o que atrás propuzemos.

Não querendo adoptar qualquer destas soluções, não querendo portanto os grupos mixtos mesmo no estado de guerra, há ainda a solução dos regimentos mixtos no pé de paz com

grupos de peças e grupos de obuses, mantendo-se assim constituídos na guerra.

Seja como for, mas que haja em todas as áreas das nossas divisões os obuses, que na divisão devem pertencer ao seu armamento de guerra.

Diremos a título elucidativo, que no C. E. P. quando era necessário nomear oficiais para as vagas nas baterias, apesar dos grupos mixtos, tinha de se atender se eram *oficiais de obuses ou oficiais de peças*, pois essa organização foi só do tempo de guerra, com material, que se aprendeu no proprio teatro de operações e portanto com a necessária especialização de instrução.

*

* *

Propositadamente não tratámos da peça de montanha; é uma bôca de fogo de insignificante potência, destinada sómente a missões especiais, de emprego também em circunstâncias especiais, que por isso julgamos que não deverá, como norma, pertencer de uma maneira geral ao armamento da divisão. Temos, é certo, regiões no norte do nosso país, nas quais será necessário o seu emprego, mas nestas circunstâncias deverá fazer parte do armamento das divisões respectivas o referido material, como já atrás deixamos dito, bem como o obus ligeiro de montanha.

Nas anteriores considerações confessamos, que há pouco da nossa iniciativa e antes são em grande parte o fruto de leituras, de conversas e trocas de impressões com alguns camaradas, que *ainda* se interessam pela instituição, a que pertencemos.

Julgámos util, *talvez por ingenuidade*, levar ao conhecimento dos que nos lerem essa série de considerações, prendendo assim o seu espirito, durante alguns minutos, a assuntos, que em geral ou andam muito afastados de nós ou são sómente tratados no serviço de certas repartições, embora sejam do interesse de todos.

Em tudo que dissémos só tivemos um desiderato: ventilar assuntos importantes e chamar para eles a atenção de alguns (o ideal seria de todos) e principalmente daqueles, que

teem de dar o seu parecer e teem de resolver os problemas áctuais de tão elevada importancia para a nossa arma: *a sua organização e o seu armamento.*

Lisboa — Fevereiro de 1920.

MOTTA MARQUES
Maj. de art.^a

O Munumento de Mocimboa da Praia aos Mortos da Campanha de Moçambique

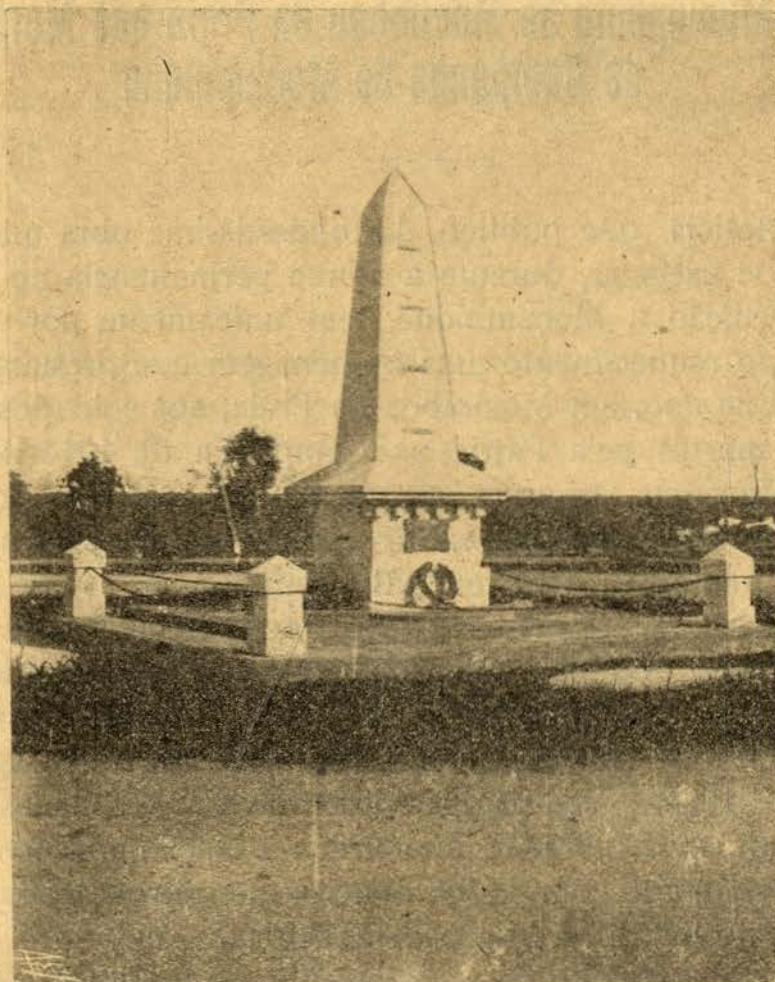
A noticia, que publico, da modestissima obra que tive a honra de executar, durante a minha permanencia no serviço da Expedição a Moçambique, tem unicamente por fim não deixar no esquecimento uma homenagem que prestámos, em maio deste ano, em Mocimboa da Praia, aos soldados portugueses mortos pela Pátria na Campanha de 1914-1918, naquella Provincia, e que, até agora, tão pouco lembrados teem sido, como se pudessem existir graduações de valor no sacrificio supremo que o Dever Militar impõe.

Por isso e porque esse pequeno e precivel monumento foi o primeiro e ainda hoje, segundo creio, o unico que mãos portuguesas carinhosamente elevaram aos Mortos Portugueses da Grande Guerra, parece-me justificado o consagrar-lhe algumas palavras nas páginas desta Revista. Assim elas pudessem tambem lembrar a divida que a Nação conserva ainda em aberto para com todos aqueles que por ela caíram, nos campos de honra da Europa e da Africa.

Em 23 de Março do ano corrente, ao regressar a Mocimboa da Praia de uma saída de inspecção às estradas e comunicações até Mocimboa do Rovuma e Naugadi, tive conhecimento de que, em ordem do «Comando das forças ao norte do M'solu» —era comandante o sr. tenente coronel Prata Dias—fôra encarregado de apresentar o projecto de um monumento a elevar aos Mortos da Campanha. Fácil se tornava a tarefa, dada a escassez de materiais de que podia lançar mão, pedra de alvenaria, arrancada dos cachopos junto à praia, uma cal grosseira que obtinhamos pela cozedura de

conchas existentes em grande quantidade no limite norte da baía de Mocimboa, ao sopé da Ponta Vermelha, e uma pequena porção de cimento: à sombra dessa penúria de materiais e de artistas — dois soldados pedreiros de sapadores mineiros e alguns pedreiros indígenas — sem custo se encobria a pobreza das minhas concepções.

Apresentado o projecto logo no dia 24, só em 30 se deu



começo à execução, porque antes fôra necessário fazer a piquetagem e iniciar a construção de uma avenida, que, partindo da margem da baía, sóbe em linha recta numa extensão de 700^m, até uma rotunda de 46^m de diâmetro, em cujo centro se ergue o obelisco, situado assim na crista sobre a langúa da carreira de tiro, a mesma no alto de cuja vertente, exposta ao mar, dormem, — a um tiro de espingarda do local onde se levanta o singelo monumento — em sepulturas quási todas

sem nome e sem cruz, numa paisagem luminosa, sobre a baixa verdejante de Mocimboa e frente ao mar de gloria que cortámos em direcção à Índia da nossa Epopeia—algumas centenas dos nossos Mortos.

Com as chuvas e temporaes violentissimos que se sucederam durante o mês de abril, a construção arrastou-se, achando-se terminada apenas nos primeiros dias de maio.

A 8 dêste mês realizou-se a cerimonia da inauguração, com as praxes que são de uso no acto, em obras de maior vulto, presidindo a ela o nossô prestigiosô Comandante, S. Ex.^a o senhor general Gomes da Costa, soldado brilhantissimo da Campanha honrando a memoria de tanto soldado humilde que na Campanha perecera.

A rotunda fôra engalonada com 8 mastros, ornamentados de palmas e rodeados na base de feixes de espingardas, sobre cada um dos quaes destacava a bandeira nacional, ligada a um mastaréu, aplicado em diagonal sobre o mastro e colhida em sanefas, porque o vento fortissimo, que sucedera às ultimas chuvadas, tornára impossivel arvorá-la no tope.

Uma grande bandeira nacional encobria a frente do monumento.

Às 15 horas entrou na avenida o 2.^o Grupo de Companhias Tacticas de Ocupação (indigenas), indo formar com a direita à entrada da rotunda. Junto ao monumento aglomeravam-se os officiais presentes em Mocimboa.

Pouco depois comparecia S. Ex.^a o senhor General, a quem o grupo prestou continencia, com um garbo e afinco que, sendo habitual nas nosas tropas indigenas, pareceu maior naquele dia, como que impregnado da grandiosidade impressionante da cerimonia.

Depois que o nosso Comandante fez abater a bandeira que velava a face do obelisco, o grupo apresentou armas, enquanto o seu terno de corneteiros fazia ouvir a marcha de continencia.

Porque fôra convidado a pronunciar no acto algumas palavras e não pudesse esquivar-me a esse compromisso, li, obtida autorização, a alocução que a seguir reproduzo, finda a qual se realizou o desfile em continencia.

*

* *

Meu general. Meus camaradas. O monumento que hoje se inaugura destina-se a honrar — não posso infelizmente, atenta a sua modestia, dizer perpetuar — a memoria dos que morreram pela Pátria, durante a Campanha de Moçambique.

Com a simplicidade que lhe impuzeram, por um lado os recursos de quem o projectou e construiu e por outro a natureza dos materiais de que se podia lançar mão, afigura-se-me, todavia, sem falsa modestia, que ele fica sendo padrão condigno a lembrar aos vindouros, que nestas terras, que são nossas, novamente correu sangue de portugueses, que o verteram em nome da Bandeira de Portugal.

Não são nomes de vitórias os que figuram neste emblema singelo do mais belo sacrificio que ao homem é dado realizar: Namoca, Mahuta, Kiwanbo . . . , os nomes aí escritos, não ficam na historia dourados pelo sol magnificente da Gloria. Nem por isso deixam de sr nomes que não devemos esquecer, porque são étapes de martirio, em que, pela Pátria e em nome do mais sagrado Dever, muitos dos nossos caíram, nesse sacrificio sublime da vida pela Pátria, o qual deve sempre merecer a nossa veneração e não espera, para ser sagrado, que ao nosso culto o imponha a sanção do exito.

Memoria simples e desataviada, resumindo, na eloquencia soberba de todas as cousas simples, uma luta de quatro anos, em que a Vitoria nos não sorriu, ele tem por fim abraçar no preito comovido da nossa saudade todos aqueles que morreram, desde o mais graduado ao mais humilde, europeu ou indigena, sem fixar um nome, a todos envolvendo no anonimato augusto da palavra Morto, oferecer a todos os combatentes, varados no fragor da luta, ou prostrados pela aspereza do clima, uma piedosa homenagem no proprio local do seu sacrificio, que queremos que seja fecundo.

Se o recordar e apregoar vitórias é missão que não devemos esquecer, para dar o justo galardão áqueles cujo esforço as realizou e para incutir no espirito das gerações futuras o orgulho dos grandes feitos nacionais, afervorando-lhes no coração o amor da Terra gloriosa em cuja defesa eles foram

praticados; se o sentimento que nos leva a proceder assim é levantado e nobre, erguer um padrão que relembra etapas de amargura na via dolorosa que é imposta aos exercitos cuja Bandeira não pôde refulgir ao sol da gloria — é mais belo e é sublime, porque representa um acto de honrada abnegação e mostra elevada compreensão dos nossos deveres perante os que caíram, que não podemos egoistamente esquecer por nossa comodidade, e perante os que nos hão de seguir, que precisamos educar na lembrança sempre viva do que sofremos para que se dignifiquem e aprendam a ser dignos de melhores dias.

Só pretenderia fazer esquecer os seus dias de amargura aquele povo de todo perdido cujo coração tivesse deixado de pulsar no amor inigualado da Terra que lhe foi berço e cujo entendimento colectivo estivesse por tal forma embotado, que não pudesse perceber a fôrça imensa e irresistivel que resulta da meditação nos males sofridos, unica e prodigiosa fôrça que pôde levantar o coração de um povo à altura do esforço heroico necessário para se dignificar e prosseguir na senda dos seus destinos.

“Dulce et decorum est pro Patria mori” — A morte pela Pátria é bela e serena —, disse a sabedoria latina e quando o disse exaltou o sacrificio, igualmente sublime dos vitoriosos e dos derrotados, enalteceu o esforço dos que caíram pela Bandeira da Pátria, confundindo no mesmo cantico e no mesmo louvor os que a Morte prostrou, subitamente imobilizados no elan magnifico da carga vitoriosa e os que caíram, para não mais se erguer, na amargura dolorosa da retirada e da derrota.

Eu direi tambem, com a minha modesta voz e com as minhas apagadas palavras, sem realce e sem brilho:

Mortos portugueses, soldados da Campanha há pouco finda em defesa destas terras que nos legou o esforço heroico e inigualavel dos nossos Maiores; Mortos caídos longe do nosso torrão natal, na luta pela guarda deste patrimonio sagrado da nossa gloria e penhor seguro do nosso futuro: aqui estamos para vos prestar a homenagem que vos é devida. O sacrificio que realizastes, dando a vida com o desprendimento e a serenidade dos herois é belo e a sua recordação viverá em nossos corações. Trabalharemos todos para que

os dias melhores que hão de vir nos deixem passar com menos amargura e lembrar com o mais piedoso fervor os vossos nomes que teem direito a ser perpetuados num culto de saudade e patriótica devoção.

*

*

*

Para terminar esta ligeira noticia, resta-me fazer uma descrição sumária, que complete os dados fornecidos pela inspecção da fotografia.

Sob um plinto cubico, de um metro de lado, encimado por uma cornija saliente, apoiada em seis pequenos modilhões em cada face, ergue-se um tronco de piramide, de base quadrangular, de dois metros e meio de altura, rematado superiormente por uma pequena piramede, cuja base coincide com a base superior do tronco. A concordancia do tronco de piramede com o plinto é feita por meio de planos inclinados que, não figurando no projecto primitivo, foi necessário construir,— com prejuizo da estetica do pequeno monumento— a fim de evitar a acção corrosiva das aguas.

O plinto levanta-se no centro de uma plataforma de quatro metros de lado, a qual apresenta dois degraus, o inferior com meio metro de largura em toda a volta. No plano do degrau superior e em correspondencia com as faces lateraes e da retaguarda do obelisco, abrem-se tres canteiros semi-circulares, tendo cada um deles como diâmetro o lado inferior da face respectiva do plinto. Estes canteiros ficam em relevo sobre o plano em que se abrem, enrelvados e cercados por uma bordadura de alvenaria de dez centímetros de altura acima do mesmo plano.

Na face da frente o canteiro é substituido por um degrau, também semi-circular, formando almofada, sobre a qual se apoia, inclinado para o monumento, uma coroa de louros, primorosamente executada, segundo desenho que fiz, por duas praças da secção de telegrafia sem fios.

Quatro pequenos pilares, junto aos vertices da plataforma, sustentam uma corrente de ferro, que serve de guarda ao monumento.

O conjunto ocupa o centro de um canteiro circular, de

seis metros de raio, cercado em toda a volta por uma larga faixa, guarnecida com leivas da língua proxima e em cuja parte central, em correspondencia com as quatro faces do monumento, quatro losangos de areia branca, cujo centro é occupado por um pequeno cizal, compõem um aspecto de ajardinamento que, junto à arborização do passeio que corre em toda a volta da rotunda, e em que não faltam os bancos rusticos, engenhosamente construidos, com a arte especial dos carregadores indigenas, completa para o todo a feição interessante de uma miniatura pitoresca de praça da cidade moderna.

O contraste da alvenaria branca dos pilares, plinto e pirâmide, em que ficou perfeita a imitação da pedra—devido à boa vontade e competencia profissional do sargento que se encarregou do trabalho—com o cinzento azulado da plataforma em cimento, igualmente imitando pedra, com as juntas rigorosamente desenhadas, contribue poderosamente para a boa impressão e justeza do efeito a que me referi.

Os nomes inscritos na pirâmide são: na face da frente, Namoca, Maluta, Kiwambo, N'gowano; na face da retaguarda N'cuba, Oizulo, Montpsuez, Nhamacurra; na face lateral direita, M,cula e na esquerda, Newala: nomes das principais acções da Campanha.

Nas faces do plinto há: na da frente, uma chapa de latão, cravada por quatro grandes pregos do mesmo metal, em que se lê a dedicatoria "Aos Mortos da Campanha de Moçambique"; nas faces laterais, as datas "1914-1918" e na da retaguarda a legenda "Erigido em abril de 1919." As letras foram recortadas, em chapa grossa de latão e cravadas na alvenaria por meio de pernos. Executaram-nas, bem como a chapa, os operarios das Oficinas de Reparações Mecânicas da Expedição, segundo os moldes que lhes forneci.

Novembro de 1919.

J. ANJOS
Cap. de engenharia

Obras oferecidas

- 1 ANDRIEU, Lieutenant-Colonel — **Les révélations du dessin et de la photographie à la guerre. Principes de métrographie.** — Um volume 8.º, 112 pp. Paris. (Gauthiers-Villars) 1920.

E' este um dos muitos livros que já tem aparecido e que ainda não de aparecer em grande abundância, condensando em regras práticas os múltiplos ensinamentos que a grande guerra ministrou em todas as questões militares, e que da sua aplicação puramente tactica, ou do sigilo imposto pelas circunstâncias da beligerância vão agora passando para o uso geral, e vulgarizando-se, nos diversos ramos do saber humano.

Trata este de um assunto já muito antigo, mas que até aos últimos anos teve um desenvolvimento pouco acentuado. E' o da representação gráfica do terreno para servir nas ordens e na prática do tiro indirecto da artilharia.

A fotografia tinha já de há muito contribuido para este fim, por exemplo no cerco de Paris em 1870, mas estava longe de se achar reduzida a um processo expedito, rápido e generalizado. Veio depois o desenho panorâmico (aliás também de origem antiga), com as suas regras já mais metódicas, de modo a darem em todos os casos, e em todas as mãos, documentos idênticamente aproveitáveis para todos.

Mas a pesar dos desenvolvimentos que já tinha recebido este assunto, o certo é que ao rebentar a guerra elle se mostrou estar muito inferior às exigências do momento, e às novas condições do combate. Foi preciso criar no campo um serviço completo de informações por meio de vistas panorâmicas, auxiliadas pela fotografia aérea, vertical ou oblíqua.

De todos estes trabalhos dá o livro que aqui analisamos, uma noção bastante desenvolvida e clara, sob uma forma incisiva e na qual se reconhece o orgulho de conservar à exposição a rudeza a um tempo rigorosa e desataviada do falar das trincheiras.

Depois de expôr com sufficiente precisão as teorias geométricas applicáveis aos diversos problemas e processos, acrescenta o autor um largo capítulo de factos da sua experiência, desde a batalha do Marne, em que por estes meios elle conseguiu calar e destruir uma bateria alemã bem desenhada, até à campanha de auxílio aos italianos, na qual também pôde realizar importantes resultados pelo auxílio dos processos gráficos de reconhecimento e de regulação do tiro.

Em resumo, este livro é de grande interêsse práctico moderno. Crêmos que a sua doutrina deverá fazer parte de todos os cursos de desenho militar, e deve andar na mente de todo o official de artilharia, ou de reconhecimento. O uso das fotografias verticais ou oblíquas tiradas dos

aviões, acha-se aqui bastante estudado, sugerindo aliás novas e úteis aplicações.

E' um livro que também será útil aos artistas, aos fotografos, aos turistas, aos engenheiros, a todos enfim que tenham interesse em aproveitar para medições de qualquer ordem uma paisagem reproduzida por um processo gráfico, e na qual se possa determinar geométricamente a escala e os ângulos visuais.

E' interessante notar, que nesta obra, inteiramente originada na prática recente da guerra, as ideas primordiais são já bem antigas. Para o demonstrar, o próprio autor escolheu como prefácio alguns trechos transcritos de um livro do general Brack, veterano das campanhas napoleonicas, e em que se preconiza, com argumentos de tôda a actualidade, a vantagem do desenho nos serviços de guerra.

Agradecendo o exemplar que nos foi oferecido, temos a certeza de que êste livro terá uma larga vulgarização e prestará a todos que o manusearem verdadeiros serviços, sendo aliás de uma leitura amena e por vezes ate empolgante.

F. O.

- 2 **A Grande Armada**, resenha do livro do almirante Visconde JELlicoe OF SCAPA.— Publicação do Estado Maior Naval, n.º 2.—0,22 × 0,155 — Lisboa, Emp. Tip. Rosa, Ltd., 1920.

Este livro, publicado pelo Estado Maior Naval, é uma interessante resenha da obra do almirante Jellicoe, que foi, como é sabido, comandante em chefe da Grande Armada inglesa, até á batalha da Jutlandia.

Os mais importantes ensinamentos e os factos culminantes do conflito europeu, a que o almirante se refere no seu trabalho, foram todos cuidadosamente sumariados na publicação do Estado Maior Naval, utilissima como divulgação dum dos mais importantes documentos da Grande Guerra. Alguns factos são criticados judiciosamente, o que dá ainda maior valor à publicação do Estado Maior Naval.

A *Revista Militar* agradece a oferta, que lhe foi feita, dum exemplar.

M. O.

CRÓNICA MILITAR

Chile

Vencimentos dos officiaes e praças.—Os officiaes do exército chileno tem mensalmente os seguintes soldos:

Generais de divisão, 3.150 pesetas; generais de brigada, 2.680; coroneis, 2.206; t. coroneis, 1.890; majores, 1.575; capitães com mais de 6 anos de posto, 1.416; capitães com mais de 4 anos de posto, 1.260; cap. com menos

de 4 anos de posto, 1.104; tenentes com mais de 5 anos de posto, 960; tenentes com menos de 5 anos de posto, 787,5; alferes com mais de 2 anos de posto, 567; alferes com menos de 2 anos de posto, 472,5.

Além do soldo os oficiais teem uma *gratificação* de comando, assim como uma *subvenção* para renda de casa.

As *praças* das diversas categorias teem os seguintes vencimentos:

1.^{os} sargentos, 378 pesetas por mês; vice-1.^{os} sargentos, 283,5; 2.^{os} sargentos, 201,5; 1.^{os} cabos, 170; 2.^{os} cabos, 141,5; soldados da fileiras, 55; soldados aspirantes a sargentos, 95,8; soldados sapateiros, alfaiates e seleiros, 141,5.

As *praças* teem tambem uma gratificação de diuturnidade.

Cuba

O orçamento do exército cubano para o ano de 1920-1921.—Segundo o Decreto de 22 de julho de 1920:

Secretaria da guerra.....	12.310 pesos ou duros.
Estado maior e diversas armas.....	5.966.220 »
Serviço de saude.....	276.900 »
Serviço veterinário.....	105.120 »
Serviço de auditoria (justiça).....	37.680 »
Aviação.....	60.460 »
Musica do Estado Maior.....	4.000 »
Pessoal excedendo os quadros.....	6.200 »
Aumento de soldos.....	518.777 »
Pessoal civil em escolas, bibliotecas, etc.....	72.230 »
Pessoal da Armaria nacional.....	21.616 »
Subsistências e transportes.....	4.989.880 »
Dotação para gado.....	73.190 »
» para construções.....	200.000 »
» para vestuario e material de aquartelamento.....	918.463 »
» para material diverso.....	387.541 »
» para compra de equipamentos novos...	100.000 »
» para conservação de material.....	58.890 »
» para exercícos de tiro.....	35.110 »
» para Telefonia e telegrafia.....	70.000 »
Despesas diversas.....	265.000 »
Despesas extraordinarias a pagar.....	20.000 »
Total.....	14.199.587 »

Vencimento de oficiais e praças (anual):

Secretario da guerra.....	6.000 pesos ou duros
Sub-secretario.....	2.310 »
Gastos de representação do secretario.....	4.000 »
Chefe do Estado maior.....	6.000 »

Sub-chefe do Estado maior.....	5.000 pesos ou duros
Coronel.....	3.600 »
T. coronel.....	3.300 »
Major.....	2.400 »
Capitão.....	2.100 »
1.º tenente.....	1.900 »
2.º tenente.....	1.700 »
Aspirante a oficial.....	600 »
1.º sargento.....	660 »
2.º sargento.....	600 »
3.º sargento.....	480 »
Cabo.....	420 »
Soldado.....	360 »
Chauffeur (civil contratado).....	1.150 »
Electricista (idem) e mecânico.....	1.080 »
Ajudante de electricista.....	720 »

Espanha

O novo programa da academia de cavalaria. — Por proposta da Junta Facultativa da Academia de cavalaria e aprovado pelo Ministerio da Guerra, foi modificado o programa de ensino da mesma Academia para o proximo ano lectivo, e que a seguir publicamos :

1.º ANO :

1.ª cadeira: — Ordenanças, serviço de guarnição, tratamentos e honras militares. Tática (títulos II e III do Regulamento e apêndices). Escrituração e regime interno. Literatura militar. Regulamento de transportes. Regulamento de campanha. Instrução teórico-prática do atirador.

2.ª cadeira: — Planos cotados; topografia. Noções de fisica. Noções de quimica. Balística elementar.

3.ª cadeira: — Hipologia; hygiene militar. Francês.

Trabalhos práticos: — Instrução tática. Conferencias e prática de agricultura. Desenho topografico. Equitação. Embarque e desembarque de tropas e material. Ginástica.

2.º ANO :

1.ª cadeira: — Tática (títulos III, IV e V). Instrução teórico-prática do atirador e técnica dos fogos de guerra.

2.ª cadeira: — Geografia militar de Espanha; geografia militar de Marrocos; geografia militar da Europa. História militar.

3.ª cadeira: — Francês. Comunicações. Polvoras e explosivos. Conferencias de fortificação.

Trabalhos práticos: — Instrução tática e telemetria. Conferencias e prática de agricultura. Conferencias de zootécnia. Prática de comunicações e explosivos. Desenho panorâmico. Equitação. Esgrima de florete. Ginástica

3.º ANO :

1.ª cadeira :— Tática (título 1). Tática geral das 3 armas. Arte da guerra. Ética e pedagogia militar. Organização militar de Espanha. Codigos e processo militar. Escrituração e contabilidade.

2.ª cadeira :— Agricultura e zootecnia.

3.ª cadeira :— Francês. Armamento e material de guerra. Regulamento tático de metralhadoras. Curso de temas táticos. Direcção de fogos de carabina e de metralhadoras na carta e no terreno.

Trabalhos práticos :— Instrução tática e exercicios de comando. Equitação (potros, cavalos difíceis e exterior). Esgrima de sabre e de espada. Tiro de pistola.

A par de várias modificações no programa, aparece como matéria nova a *pedagogia militar*, cujo conhecimento se justifica pelas funções de *educador* a que são chamados os officiais em todo o decurso da sua carreira.

Estados Unidos

Solipedes comprados durante a guerra.— Como era difficil levar da America os solipedes necessários para os serviços diversos do exército, foram adquiridos na Europa em grande quantidade, e para se levar a efeito a sua aquisição, foram organizadas comissões de remonta em França, em Espanha e Inglaterra.

Foram comprados 90.903 cávalos de sela, 176.401 cavalos para a artilharia de campanha, 56.454 para a artilharia pesada, 136.911 muares de tiro e 20.848 muares de carga. Temos assim um total de 481.517 solipedes.

Dos Estados Unidos foram enviados para França 67.948 solipedes.

Com as diversas compras de solipedes e construção de depósitos, as despesas de remonta elevaram-se a 116 milhões de *dolares*.

Artigos de fardamento fabricados e enviados para a Europa desde abril de 1917 a novembro de 1918.— Como informação para os que vão notando os dados estatísticos necessários para a história da *grande guerra*, indicaremos o que diz respeito aos artigos de vestuário fornecidos ao exército americano expedicionário à Europa, e que foram :

	Foram fabricadas	Foram enviados para a Europa
Camisolas de lã.....	12.365.000	3.871.000
Camisas de flanela.....	22.198.000	6.401.000
Manfas de lã.....	10.419.000	3.127.000
Camisolas de algodão.....	10.238.000	3.423.000
Ceroulas de algodão.....	38.118.000	3.889.000
Ditas de lã.....	33.776.000	19.812.000
Capotes.....	7.748.000	1.780.000
Sapatos.....	26.426.000	9.136.000
Calças.....	17.342.000	6.191.000
Meias.....	89.871.000	29.733.000
Camisas de pano.....	40.895.000	4.567.000
Camisas de flanela.....	28.869.000	11.126.000

Ração de campanha do exército americano em França.—A *ração diária* distribuída às tropas americanas em França tinha a composição e peso seguintes:

Carne de vaca 575 gramas ou 517^{gr},5 de carne de porco ou 460 gr. de peixe; arroz 57^{gr},5; feijão sêco 115 gr.; pão 460 gr. ou igual quantidade de farinha; legumes frescos ou de conserva 431 gr. ou 575 gr. de batatas; geleas 86 gr. ou 287^{gr},5 de frutas; café 14^{gr},38 ou 7^{gr},18 de chá; açúcar 115 gr.; leite condensado 28^{gr},75; manteiga 14^{gr},375; chocolate ou confeitos 230 gr. em cada 10 dias; cigarros ou cigarrilhas, 100 em cada 10 dias; vinagre, sal, pimenta, extrato de baunilha, em pequenas quantidades.

O peso médio desta ração era de 2 kg.

Ainda depois se juntou à ração diária; sabão, velas, pó dentrífico, papel higiênico, pó de talco e toalhas. Estes artigos eram distribuídos em cada semana. A carne de vaca era obtida por intermédio da repartição de subsistências, com sede em Chicago, onde era abatido o gado e preparada a carne para embarque. A carne era primeiro limpa de ossos e gorduras e depois era comprimida formando blocos de 46 quilogramas, que se punham então nos frigoríficos.

Como era difícil obter legumes frescos, na França, eram estes obtidos na America e deshidratados, de forma que não perdiam o sabor de verdes, e para isto montaram-se na America 15 fábricas, tendo-se enviado para França umas 30.000 ton. de legumes assim preparados.

Reorganização do exército.—Para dar execução ao decreto de 4 de junho de 1920 foi em agosto publicada uma Circular do general, chefe do Estado maior do exército, regulando a aplicação da dita lei. Em primeiro lugar foi criado um *Conselho de guerra*, do qual fazem parte o Secretário de Estado dos Negócios da guerra, um adjunto ao mesmo secretário, o general comandante do exército e o chefe de Estado Maior. O Secretário de Estado convoca o Conselho sempre que se tenham de tratar assuntos relativos ao exército e às munições.

O *adjunto do Secretario de Estado* é encarregado:

- a) Da compra e aluguer de imoveis, da compra de matérias primas, de equipamentos e todos os géneros necessários ao exército;
- b) Da elaboração das estatísticas e previsões necessárias à mobilização, assim como da mobilização industrial do país, em tempo de guerra;
- c) De resolver sôbre as reclamações enviadas ao Ministerio da guerra;
- d) Da venda do material desnecessário.

Estado Maior do exército.—O chefe do Estado Maior é o imediato conselheiro do sub-secretário de Estado em todas as questões militares e é o encarregado de formular os projectos relativos ao exército e da sua execução.

O *Estado Maior do exército* trata de todos os projectos relativos ao recrutamento, à organização, ao equipamento, reabastecimento, mobilização e desmobilização do exército, assim como do emprego das forças destinadas à defesa nacional e vigia pelo estado de preparação de todos os organismos militares.

O Estado Maior do exército compreende 4 *direcções*, tendo cada uma delas um *director* imediatamente subordinado ao general chefe do Estado Maior:

1.^a Direcção — *Operações*, tendo por objecto tratar todas as questões de pessoal (promoções, transferências), e da execução do recrutamento, da mobilização, da organização e movimento de tropas, e fixação das guarnições.

2.^a Direcção — *Informações*, tendo por objecto centralizar e examinar todas as informações militares necessárias ao sub-secretário de Estado, ao seu adjunto e ao chefe de Estado Maior; e ainda se ocupa de todos os trabalhos relativos às cartas e planos, dos adidos militares, da tradução de documentos estrangeiros, etc.

3.^a Direcção — *Planos de guerra*, sendo encarregada da organização e instrução das fôrças militares, que devem assegurar a defesa nacional, assim como da preparação dos regulamentos e da legislação militar.

4.^a Direcção — *Serviços*, ocupando-se de todos os assuntos relativos ao aprovisionamento do exército, à construção e conservação dos edifícios militares, aos transportes de tropas e à preparação dos orçamentos a submeter ao Congresso.

Reorganização da cavalaria. — Quando no Senado se discutiu a reorganização do exército, o senador Warren sustentou que era necessário aumentar os efectivos da cavalaria tanto em oficiais, como em praças, apresentando uma emenda ao projecto para que o efectivo de oficiais fosse elevado a 950, e o das praças a 20.000.

O projecto de reorganização fixava o efectivo da cavalaria em 14.000 homens, número considerado insufficiente no caso de guerra, pois quando o efectivo do exército era de 60.000 homens, o da cavalaria era de 15.000. Ora a guerra última provou que a sua duração seria menor, se qualquer dos dois partidos tivesse uma maior superioridade em cavalaria.

França

A legião estrangeira. — A legião estrangeira em França recruta entre os nacionais e os estrangeiros, sendo estes em maior número.

No 1.^o regimento da *legião* havia, ao começar a guerra, 1.612 franceses e 5.454 estrangeiros. Destes, eram : 1.551 alsacianos e lorenos; 1.441 alemães; 1.007 belgas; 573 suíços, 268 italianos, 214 austriacos, 166 luxemburgueses, 65 holandeses, e de vários outros países, figurando entre eles um português e 51 espanhóis.

Durante a guerra alistaram-se mais 1.515 estrangeiros, de diferentes nacionalidades.

Os vencimentos desde então aumentaram, sendo hoje muito convidativos.

Damos, por curiosidade, os vencimentos dos oficiais na legião.

Coronel, 1.470 francos por mês; tenente-coronel, 1.230; major com 5 anos de posto, 1.125; idem com menos de 5 anos, 1.050; capitão com 5 anos de posto, 915; idem com menos de 5 anos, 780; tenente com 5 anos de posto, 676,5; idem com menos de 5 anos, 571,5; alferes com 5 anos de posto, 480; idem com menos de 5 anos, 450.

Os oficiais recebem ainda: para criado, 40 francos por mês; subsídio

para fardamento, 60 francos por mês; subsidio pela carestia da vida, 250 fr.; em dias de exercicios de campanha, 50 % do soldo; por cada filho (até 3), 150 fr. por ano.

Os officiaes da *Legião de Honra* teem 500 frs. por ano e os cavaleiros 250.

Cada anno de campanha é contado como 3 para os efeitos da pensão de reforma.

O sargento-ajudante tem 7,90 frs. de vencimento diário, e uma gratificação mensal de 165 frs; o sargento-ajudante respectivamente 6,9 e 120; o 1.º sargento, 6,5 e 120; o 2.º sargento, 5,20 e 105. Ha ainda *premios de alistamento e gratificações de readmissão*.

A artilharia francesa em fins de janeiro de 1920. — Segundo as indicações da «*Artilleristische Monatshefte*» a França possui as seguintes unidades de art.^a: 42 regimentos de artilharia de campanha nos 21 corpos de exercito, governo militar de Paris e na Alsacia-Lorena; 20 regimentos de artilharia de acompanhamento da infantaria (sendo 4 na Alsacia-Lorena); 2 regimentos de artilharia de montanha, 9 regimentos de artilharia de assalto (*tanks*); 23 regimentos de artilharia pesada hipomovel e 10 de tracção mecânica; 9 regimentos de artilharia de fortaleza; 6 grupos de artilharia a cavalo e 22 grupos de artilharia de campanha, sendo 10 na Africa e 12 nos territorios ocupados na Alemanha.

Os cães de guerra. — O largo emprego que os belgas faziam dos cães já em tempo de paz como meio de transporte, e que depois generalizaram aos diversos serviços na guerra (transporte de metralhadoras, transporte de munições, de viveres, de granadas de mão e granadas de 37^{mm}), foi depois seguido pelos outros exercitos aliados.

Os franceses utilizaram em primeiro lugar os cães da policia de Paris e de outras cidades importantes da França, mas depois começaram a requisitar cães em diversos pontos do territorio e a leva-los para os campos de instrução, onde eram amestrados nos diversos serviços a que eram destinados.

Durante o ano de 1917 foram feridos mais de 5.000, tendo sido curados 4.196, que se encontraram em circunstâncias de voltarem á frente de batalha. Em 1918 os franceses dispunham de perto de 10.000 cães de guerra.

Os efeitos mortiferos dos projecteis de artilharia na Grande Guerra. — Segundo refere a «*Revue Scientifique*» o dr. Mercier, estabelecendo a relação entre o numero de projecteis de artilharia lançados pelo inimigo num determinado sector e o de mortos e feridos, abstraindo dos projecteis de gases, determinou assim o *coeficiente de baixas produzidas*. O dr. Mercier considerou 3 sectores contiguos em circunstâncias diferentes: 1.º *Sector muito tranquilo*, sobre o qual foram lançados 363.000 projecteis, que produziram 809 mortos e 4.168 feridos.

Portanto 100 projecteis produziram 0,2 de mortos e 1,03 de feridos.

2.º — *Sector menos tranquilo*, sobre o qual foram lançados 717.000 projecteis, produzindo 2.753 mortos e 10.756 feridos, ou sejam 100 tiros para produzir 0,38 mortos e 1,50 feridos.

3.º — *Sector de ataque*, sobre o qual o inimigo lançou 2.529.000 proje-

cteis, matando 9.703 homens e ferindo 40.488, o que corresponde a 100 projecteis para 0,38 mortos e 1,60 feridos.

No periodo de uma *ofensiva vitoriosa* neste ultimo sector, por cada 100 tiros, o numero de mortos foi de 0,45 e o de feridos foi de 2,33.

Ainda observou que 4/5 das perdas produzidas foram devidas á artilharia pesada.

Estes dados são relativos ao verão e outono de 1917 e por eles se vê que foram precisos na frente de um grupo de 3 exércitos 395 tiros da artilharia alemã para matar 1 soldado francês, e 76 para ferir um soldado.

Inglaterra

Peça de grande calibre. — Na exposição de Olimpia a casa Hadfield, de Sheffield, apresentou o projectil de uma peça de 450^{mm} (18 polegadas), sendo o peso daquele de 1.479 kg. (3.260 libras inglesas).

Este projectil atravessa uma couraça de aço endurecido com a espessura de 450^{mm} e á distancia de 18 km. Não se empregando o aço endurecido, atravessa então uma couraça de 558^{mm} á distancia de 18 km, uma couraça de 320^{mm} á distancia de 37 km. e uma couraça de 305^{mm} á distancia de 44 km.

Junto á bôca da peça será atravessada uma placa 1^m,18 de aço endurecido, e uma de 1^m,37 de aço não endurecido.

Italia

Reorganização do exército. — Indicamos já na «*Revista*» de novembro alguns tópicos da organização do exército italiano, e vamos agora dar mais informações a esse respeito. Tratamos hoje do *Estado Maior do Exército*, dos *quarteis gerais e escolas militares*.

O *estado maior do exército*, compreende :

- a) O *chefe do estado maior do exército*, o qual tem em tempo de paz a direcção de tudo que diz respeito á preparação para a guerra ;
- b) O *sub-chefe de estado maior do exército*, que é auxiliar do primeiro e substitue-o nos casos de impedimento ou de doença ;
- c) Os 4 generais nomeados para comandar exércitos em tempo de guerra ;
- d) O 1.^o ajudante de campo de S. M. El-Rei ;
- e) O presidente do Supremo tribunal de guerra e marinha ;
- f) Os 10 comandantes de corpo de exército territorial ;
- g) O director superior das escolas militares ;
- h) O comandante geral de carabineiros ;
- i) O inspector geral do corpo de guardas fiscais ;
- j) O comandante geral do corpo de guardas de segurança ;
- k) Os 27 generais de divisão de infantaria, os 3 generais das 3 divisões alpinas, o da divisão de cavalaria, o da divisão de artilharia, o da inspecção de engenharia ;
- l) Os generais de brigada da brigada de granadeiros, os das 51 brigadas de infantaria de linha, os das 2 brigadas de *bersaglieri*, os das 4 brigadas de cav.^a, e os de artilharia, engenharia, aeronautica, etc.

O numero de generais das armas combatentes é de 65, compreendendo os generais de exército, de corpo de exército, de divisão e de brigada.

A *infantaria* dispõe de 30 *quarteis generais* de divisão e 54 *quarteis generais* de brigada. A *cavalaria* tem 1 *quartel general* de divisão e 4 *quarteis generais* de brigada. A *artelharía* tem uma *inspecção* de construções de artelharía (fábricas) e 10 quarteis generais de artelharía de corpo. A *engenharia* tem 10 quarteis generais de corpo de exército. A *arma aeronautica* tem um comando superior. O *corpo de saude* tem 10 direcções.

— As *escolas militares* compreendem :

a) *Colégios militares* que preparam para a admissão ás escolas militares de officiais e formam officiais de complemento;

b) *Escolas militares* para a formação de officiais das diversas armas, tendo anexa uma *escola para sargentos*.

c) *Escolas de applicação* para completar a instrução profissional dos officiais saídos das escolas militares;

d) *Escolas centrais* para officiais das armas, onde habilitam para a exercer o comando de unidades constituídas por diversas armas e serviços;

e) *Curso superior técnico de artelharía*, destinados a formar officiais de artelharía com os conhecimentos técnicos especiais para as fábricas e estabelecimentos da arma, e que formam depois um *quadro especial*.

— No *corpo de administração militar* o posto mais elevado é o de *colonel*, sendo constituído por : 2 coroneis, 25 tenentes-coroneis, 47 majores, 340 capitães, e 450 subalternos.

— No *corpo veterinario* o posto mais elevado é o de *tenente-coronel*, havendo : 11 tenentes-coroneis, 18 majores, 65 capitães e 74 tenentes.

Para os efeitos de recrutamento o país está dividido em 106 *distritos militares* aos quais são destinados officiais de infantaria, cavalaria, artelharía e engenharia, em numero de : 106 coroneis, 106 tenentes-coroneis ou majores, 318 capitães e 212 subalternos.

Diversos

Guerra e demografia.—Com este titulo suggestivo publica a «*Revue d'Infanterie*» um curioso artigo do qual extratamos o que diz respeito à população e ao numero de adultos do sexo masculino nas diferentes nações que tomaram parte na guerra mundial, e que é relativo a 1900.

Nações	População (milhões)	Com menos de 15 anos	De 15 aos 59		De 60 e mais anos
			masculino	feminino	
França.....	38	10,000	11,2	12,0	4,8
Alemanha.....	54	19,6	16,0	21,8	4,4
Grã-Bretanha (sem a Irlanda).....	37	12,0	10,6	11,5	2,7
Austria.....	26	9,0	7,4	7,7	2,0
Ungria.....	19	6,8	5,4	5,5	1,5
Espanha.....	18	6,2	5,1	5,6	1,6
Russia da Europa.....	83	36,0	24,7	26,0	6,5
Estados-Unidos.....	76	26,0	23,0	21,8	4,9
Japão.....	46,7	15,6	13,9	13,4	3,8
Australia e N. Zelandia.....	4,5	1,6	1,4	1,25	3,0

O estudo dinâmico da população de um país tem a maior importância para o organizador militar, devendo-se comparar a população masculina entre os estados que são susceptíveis de entrar em conflito armado e apreciar a mortalidade que se produz nas diferentes idades.

A estatística mostra que a mortalidade é proporcionalmente menor na Alemanha do que na França nas idades próprias para os serviços militares, e o contrário sucede nas idades mais avançadas, a partir dos 60 anos, pois enquanto a Alemanha tinha 4,4 milhões nestas condições, a França tinha 4,8 milhões. A população francesa era constituída per uma massa considerável de individuos incapazes, pela sua idade, de entrar em campanha.

Em 1914 a população da Alemanha elèvara-se a 68 milhões, dos quais 13 milhões estavam na idade de tomar as armas (de 17 a 45 anos), e aos quais se juntaram ainda mais 2 milhões, constituídos pelos mancebos dos 15 a 16 anos e com 46 a 50, que foram encorporados em 1918. Desta forma o material humano da Alemanha elevava-se a 15 milhões.

A encorporação nas fileiras de um tão consideravel numero de homens na idade mais propria para a procreação, as perdas sofridas e molestias adquiridas durante a guerra, devem contribuir de uma maneira singular para o depauperamento da raça. A feição dos exércitos modernos—*a nação armada*—produz um abalo social de tal ordem, que muito se fará sentir após largos anos depois de terminada a guerra.

CRÓNICA MARÍTIMA

Alemanha

Possibilidades da próxima reorganização da sua marinha de guerra.— O tratado de paz deixou à Alemanha, segundo refere o *Naval and Military Record*, a possibilidade de reorganizar a sua marinha numa epoca relativamente próxima. Em conformidade com o que ficou estatuido então, a Alemanha não poderá possuir mais de 6 navios couraçados, 6 cruzadores ligeiros; 12 destroyers e 12 torpedeiros, cujas tonelagens máximas não deverão ser superiores a 10.000, 6.000, 800 e 200 tons. Nenhum navio será substituído a não ser pela perda de qualquer dos anteriores ou quando haja chegado ao limite da sua vida legal, que foi fixado em 20 anos para os couraçados e cruzadores e 15 para os destroyers e torpedeiros. Ora, como os navios que ficaram na posse da Alemanha são relativamente velhos, dentro em breve poderá ela reorganizar a sua esquadra com elementos novos, ficando com uma boa escola para a sua futura marinha.

O *Naval and Military Record* faz notar que, não obstante imaginar-se geralmente que a Alemanha se desinteressaria dos poucos e antiquados navios que os aliados lhe deixaram, se sabe por noticias vindas de Berlim que a marinha se encontra funcionando tão regularmente quanto possível, dentro dos limites que lhe foram impostos pelo tratado de paz, o que faz prever que mais tarde não deixará, provavelmente, de renovar as suas unidades.

A parte mais difficil da reorganização da marinha alemã, continua sendo, porém, a restauração da disciplina, que nos ultimos tempos se tem revelado muito fraca.

Estados Unidos

Naval War College.—Já nestas colunas nos temos referido ao *Naval War College*, que é, como os leitores sabem, a escola superior de guerra da marinha americana; procuraremos agora desenvolver as nossas informações sobre tão importante instituição, na presente e nas seguintes *crônicas*.

Os cursos regulares do *Naval War College* são actualmente dois por ano, durando cada um 12 meses e principiando no comêço dos semestres. São admitidos á frequêcia, em média, em cada um, 30 officiais, dos quais 24 são da marinha e os restantes pertencem a alguns dos outros quadros da armada ou do exército.

Os cursos que terminam este ano, foram frequentados pelas seguintes classes de officiais:

1.º Curso—Officiaes de marinha.....	1 contra-almirante 11 capitães de mar e guerra; 12 capitães de fragata;
Corpo de Saude Naval.....	1 capitão de mar e guerra;
Corpo da Administração Naval (<i>supply corps</i>).....	1 capitão de mar e guerra;
Engenheiros navais.....	1 capitão-tenente;
Infantaria de marinha (<i>marine corps</i>)....	2 majores;
<i>Coast Guard</i>	1 major;
2.º Curso—Officiaes de marinha.....	13 capitães de mar e guerra 5 capitães de fragata; 1 capitão-tenente;
Corpo da Administração Naval (<i>supply corps</i>).....	1 capitão de fragata;
Corpo de Saude Naval.....	1 capitão de fragata;
Infantaria de marinha (<i>marine corps</i>)....	1 coronel; 1 tenente-coronel;
	2 majores;
<i>Coast Guard</i>	1 major;
Infantaria.....	1 coronel;
Artelharía de costa.....	1 coronel;

Em resumo, no corrente ano o *Naval War College* foi frequentado por:

Officiaes de marinha.....	43
Officiaes de diversos quadros da Armada.....	5
Infantaria de marinha.....	6
Exército.....	4
Total.....	58

O estado maior do colégio é constituído por um almirante, presidente, o seu ajudante, 1 chefe de Estado Maior, 11 oficiais instrutores, 1 secretário e 1 oficial do Exército habilitado com o curso do Estado Maior de terra e de marinha.

É para notar que, assim como há oficiais do exército que frequentaram o *Naval War College*, igualmente há oficiais de marinha que se habilitaram com o curso do Estado Maior do Exército. Na lista dos oficiais da marinha americana encontram-se bastantes nestas condições.

Além do estudo das sciências militares propriamente ditas e da respectiva prática, a que dão na America um grande desenvolvimento, o curso do *Naval War College* é completado com um certo número de conferencias sobre os assuntos relacionados com a guerra naval, a cargo de oficiais ou civis de reconhecida competencia na matéria. O direito internacional tem sido versado, pelo professor G. Wilson, da Universidade de Harvard, sendo estas conferencias encaminhadas no sentido de promover :

I—Maior desenvolvimento dos pontos de vista navais a respeito do direito internacional;

II—Aumentar os conhecimentos dos oficiais neste assunto.

Além do curso normal, a que nos referimos nas linhas anteriores, há ainda no *Naval War College* um curso por correspondência, muito frequentado, a respeito do qual apresentaremos alguns tópicos numa das próximas crónicas.

Navegação mercante. — Segundo o *Moniteur de la Flotte*, de 13 de Novembro, as companhias de navegação que fazem carreiras entre os Estados Unidos e os portos N. da Europa, foram avisadas pelo *Shipping Board* de que para o futuro poderão regular livremente as suas tarifas. O jornal donde extraímos esta noticia, considera este facto como uma declaração de guerra comercial à «Companhia Geral Transatlantica» (francesa) e ao «Lloyd Real Belga».

Inglaterra

A questão irlandesa debaixo do ponto de vista naval. — A questão da Irlanda, que tem sido apreciada em Inglaterra debaixo de todos os pontos de vista, foi-o tambem ultimamente em relação ás consequencias que podem resultar para o Reino Unido da independencia da ilha, em tempo de guerra. O primeiro Ministro, Lloyd George, declarou publicamente há tempos, que a independencia da Irlanda era incompativel com a segurança das communicações do Império britânico. Não há duvida que as lições da guerra e o desenvolvimento actual dos submarinos, confirmam as palavras do estadista inglês, e é talvez por este motivo que os politicos daquele país, mostrando-se dispostos a transigir com muitas das aspirações dos irlandeses, não se sentem animados a conceder-lhes o direito de criarem exército e armada.

Oficiais fotografos. — Foi organizada recentemente mais esta especialidade na marinha inglesa.

Relatorio da batalha da Jutlandia. — Continua interessando vivamente a opinião inglesa a publicação dos documentos officiaes sobre a batalha da Jutlandia. Se ainda não foi resolvido torna-los públicos tão depressa como certa imprensa reclama, o que parece certo é que a descrição daquela batalha apparecerá no 2.º volume da *História*, a cargo de Sir Julian Corbett, que para o effeito se servirá dos papeis officiaes do Almirantado.

O que torna interessante esta questão é a resistencia que as autoridades inglesas teem mostrado em dar a público o relatorio, e as afirmações do perfeito entendimento que existe entre Jellicoe e Beatty.

Diversos

A situação actual das principais marinhas mercantes. — Segundo a *Nautical Gazette*, em 1914, as principais marinhas mercantes estavam classificadas pela seguinte ordem: 1 Inglaterra, 2 Alemanha, 3 Estados-Unidos, 4 Noruega, 5 França, 6 Japão, 7 Holanda, 8 Itália, 9 Austria-Hungria, 10 Suecia, 11 Espanha e 12 Grécia. As alterações que se produziram desde daquela data até hoje permitem colocar as diversas marinhas desta forma: 1 Inglaterra, 2 Estados-Unidos, 3 Japão, 4 França, 5 Itália, 6 Noruega, 7 Holanda, 8 Suecia, 9 Espanha, 10 Grecia, 11 Brasil e 12 Alemanha.

Durante estes calamitosos tempos, que teem decorrido desde o começo da guerra europeia, metade das potencias maritimas que figuravam na lista de 1914 subiram de categoria: Japão, França, Itália, Suecia, Espanha e Grecia, e um novo país — o Brasil — figura já entre as 12 primeiras nações maritimas.

M. O.

BIBLIOGRAFIA

PERIODICOS

Portugal

- 1 *O Instituto*, n.º 9 de setembro e n.º 10 de outubro de 1920. Portugal e o centenario de Fernão de Magalhães. Breve estudo demografico do distrito de Coimbra.—Passagem do Rio Douro.
- 2 *Revista de Medicina Veterinaria*, n.º 224 de Outubro de 1920. O Diagnostico de Carbúnculo Bacteridico pelo metodo de Walf. Algumas observações sobre o melhoramento dos cavalos em Portugal.

Argentina

- 1 *Revista Militar*, n.º de setembro de 1920. Discurso pronunciado por el general Emilio Gamelin. La gran guerra em monografias.

Brasil

- 1 *O Tiro de guerra*, n.ºs 9, 10 e 11 de setembro, outubro e novembro de 1920. Alberto I. Descobrimiento da America. Proclamação da Republica.
- 2 *Revista dos Militares*, n.º 122 de Agosto e 123-124 de Setembro-Outubro de 1920. O relatório do M. da Guerra. Historia de promoções. Officiaes para os corpos do R. G. S.
- 3 *Revista Medico-Cirurgica Militar*, n.º 3 de setembro de 1920. A remodelação do Corpo de Saude do Exercito. Methodos physiologicos de semistica do coração. Servem as calorias para calcular o valor dos alimentos?

Chile

- 1 *Revista de Marina*, n.º 379 de setembro e outubro de 1929. El aniversario nacional. Descubrimiento del Estrecho de Magalhanes. Meteorologia.

Colombia

- 1 *Memorial del Estado Mayor del Ejercito de Colombia*, n.ºs 97 de julho e 98 de agosto de 1920. Juramento a la bandera. Batalla de la Cuchilla del Tambo. La Republica del Ecuador. Boyacá.

Cuba

- 1 *Boletim del Ejercito*, n.ºs 54 de agosto e 55 de setembro de 1920. La influencia del submarino en la guerra naval. Ropa de amianto para luchar con las llamas. El provenir de la Caballeria. Conferencia sobre disciplina e instruccion militar por el general Applin.

Espanha

- 1 *Memorial de Artelleria*, n.º de outubro de 1920. Algunas ideas sobre la obtencion industriale del acido nitrico. Organización del trabajo en los talleres mecanicos de metales.
- 2 *Memorial de Caballeria*, n.ºs 52 de outubro e 53 de novembro de 1920.

Las enseñanzas de la guerra y la Caballería. Cria caballar. La campaña ruso-polaca. Servicios de Intendencia. Vestuario y equipo.

Estados-Unidos da America

- 1 *The International Military Digest*, n.ºs 1 a 6 do 8.º vol. de Julho a Dezembro de 1920.

França

- 1 *La Revue d'Infanterie*, n.º 337 de 15 de Outubro de 1920. La tactique defensive allemande en 1918. Ses caracteristiques e ses méthodes d'exécution. L'infanterie. Evolution de l'armement de l'infanterie pendant la guerra. L'accompagnement de l'infanterie et les mortiers légers de destruction.
- 2 *Revue Militaire Générale*, n.º 9 de setembro e 10 de outubro de 1920. L'avenir de la fortification permanente. Les forces militaires de la France. Le premier échec stratégique allemand (21-25 août 1914).— Un episode de la campagne d'Orient. Prise de la ville de Florina. L'arrêt de l'offensive allemande sur l'Ourcq en 1918.

Italia

- 1 *Rivista de Artiglieria e genio*, n.º de setembro de 1920. Recherche sperimentali sul 2.º problema balistico. — Regime aerodinamico dei proietti. Studio della trasformazione delle installazioni a pozzi tipo S in casamatte girevoli della fortificazione odierna.

Mexico

- 1 *Revista del Ejercito y de la Marina*, n.ºs 1 a 5 de Maio e 6 a 9 de Setembro de 1920. Inauguración de un Centro Militar en Veracruz. La visita de los marinos japoneses del «Yakumo». La reinauguración del Colegio Militar. Nuevo Sistema de arma blanca centralizada. El origen de una prenda Militar.
- 3 *Tohtli*, n.º 2 de setembro de 1920. Ligeros Apuntes sobre el empleo de los Hidroplanos para la Vigilancia y Defensa de las Costas en Nuestra Republica. El Servicio de la Artilleria Antiaérea en los Estados Unidos.

Salvador

- 1 *Boletim del Ministerio de Guerra*, n.º 67 de Julho de 1920. Ordenes Generales Importantes. Acuerdos del Ministerio de Guerra y Marina.

Suissa

- 1 *Revue Militaire Suisse*, n.º 10 de Outubro de 1920. La guerre de gaz. Quelques considerations sur l'activite du corps d'aviacion suisse pendant la mobilisation.

Uruguay

- 1 *Revista Militar y Naval*, n.º 3 de setembro de 1920. Servicio de Trincheras. Ejercicios de Artilleria de Campana. Rol del comandante de batallon en las distintas ramas de servicios. Um nuevo tratamiento abortivo simple y eficaz de la blenorragia.

EXPEDIENTE

CONDIÇÕES DA ASSINATURA

PAGAMENTO ADEANTADO

Portugal e Colonias

	Ano	Semestre	Trimestre
R. M. com O. E. ou B. M. C. ou O. A.	6\$00	3\$30	1\$80
R. M. com O. E. e B. M. C.)	7\$00	3\$80	2\$10
R. M. com O. E. e O. A.)			
R. M. com B. M. C. e O. A.)			
R. M. com O. E.—B. M. C. e O. A.	8\$00	4\$30	2\$40

Numero avulso da *Revista Militar* \$60

Estrangeiro

R. M. com O. E. ou uma das outras publicações...	7\$00
Numero avulso da <i>Revista Militar</i>	\$70

Para Portugal não se aceitam assinaturas por periodo inferior a trimestre, nem *desistencia de assinaturas* senão no fim de cada trimestre civil, devendo os assinantes *avisar com antecedencia* até 31 de Dezembro ou Março e 30 de Junho ou Setembro.

Para as Colonias não se aceitam assinaturas *por menos de 6 meses*, e para o estrangeiro *por menos de 1 ano*, sob condições identicas ás indicadas para Portugal. A correspondencia registada custa mais \$72 por ano ou \$06 por mes.

Não se aceitam assinaturas que não incluam a Revista Militar. A *Ordem do Exercito*, *Ordem da Armada* e *Boletim Militar das Colonias* vendem-se na sede da *Revista* em numeros avulsos ou por colecções anuais, a preços variáveis conforme o numero de paginas.